

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, GESTÃO E
SUSTENTABILIDADE – PPGTGS (MESTRADO PROFISSIONAL)

JOÃO ABNER SANTOS BEZERRA

**CONSTRUÇÃO DE OFICINA DE EXTENSÃO COM TEMAS
TRANSVERSAIS: PESQUISA-AÇÃO NAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS DE FOZ DO IGUAÇU**

DISSERTAÇÃO

FOZ DO IGUAÇU
2025

JOÃO ABNER SANTOS BEZERRA

**CONSTRUÇÃO DE OFICINA DE EXTENSÃO COM TEMAS
TRANSVERSAIS: PESQUISA-AÇÃO NAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS DE FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade** da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre**.
Área de Concentração: Tecnologia e Gestão.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Nascimento Pereira

FOZ DO IGUAÇU
2025

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

BEZERRA, JOÃO ABNER SANTOS
CONSTRUÇÃO DE OFICINA DE EXTENSÃO COM TEMAS TRANSVERSAIS:
PESQUISA-AÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE FOZ DO IGUAÇU /
JOÃO ABNER SANTOS BEZERRA; orientadora ELIANE NASCIMENTO
PEREIRA. -- Foz do Iguaçu, 2025.
88 p.

Dissertação (Mestrado Profissional Campus de Foz do
Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Engenharias e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação
em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade, 2025.

1. temas transversais. 2. extensão. 3.
interdisciplinaridade. 4. oficina. I. PEREIRA, ELIANE
NASCIMENTO , orient. II. Título.

JOÃO ABNER SANTOS BEZERRA

**CONSTRUÇÃO DE OFICINA DE EXTENSÃO COM TEMAS
TRANSVERSAIS: PESQUISA-AÇÃO NAS UNIVERSIDADES
PÚBLICAS DE FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade - PPGTGS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e aprovada pela banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **ELIANE NASCIMENTO PEREIRA**
Data: 06/08/2025 17:10:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Eliane Nascimento Pereira (orientador)
Professor do PPGTGS – Campus de Foz do Iguaçu

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIO ALEXANDRE DE SOUZA**
Data: 06/08/2025 18:19:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Claudio Alexandre de Souza (membro permanente do PGTGS)
Professor do PPGTGS – Campus de Foz do Iguaçu

Documento assinado digitalmente
 **ROSANGELA DE JESUS SILVA**
Data: 07/08/2025 09:22:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Rosangela de Jesus Silva (membro externo à Instituição)
Professora da Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA

Prof. Dr. Luciano Panek
Coordenador do Mestrado Profissional em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade
Portaria N° 0573/2025-GRE - UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu, 16 de junho de 2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Eliane Nascimento Pereira, pela orientação generosa, sensível e pelo companheirismo constante no desenvolvimento deste projeto. As reflexões que construímos juntos sobre o fazer acadêmico foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho e para minha formação como pesquisador, bem como sua empatia e compreensão diante dos desafios enfrentados ao conciliar a vida profissional com a pesquisa acadêmica.

Aos professores Claudio Alexandre de Souza, Rosângela de Jesus Silva e Pedro Louvain de Campos Oliveira, agradeço pelos exemplos inspiradores de dedicação ao fazer acadêmico, pelas avaliações assertivas e pelo acompanhamento da minha pesquisa além da banca, demonstrando confiança no meu trabalho.

Ao PPGTGS e à UNIOESTE, pela acolhida da proposta e o desafio constante de defendê-la, fomentando a oportunidade de crescimento e qualificação profissional e acadêmica.

Aos docentes dos cursos de História da UNILA e aos docentes dos cursos de Turismo e Hotelaria da UNIOESTE, que acreditaram no projeto e participaram ativamente das atividades.

Aos profissionais Willian e Deyse, agradeço pela escuta atenta e pelo rigor nas contribuições, que tiveram papel essencial para que eu pudesse me expressar com mais clareza e assertividade.

Aos amigos e colegas Guilherme, Mayara, Edson, Kayana, Cristiano, Thamella, Wladianne, Carla, Samuel, Virgínia e Renata, que, com seus exemplos inspiradores ou escuta generosa — alguns ouvindo mais de uma vez sobre a pesquisa —, me ajudaram a consolidar o caminho imaginado e a seguir com mais firmeza.

A Kenji, Thiago, Wladianne, Thamella e Sandro, pelas caronas durante os dias de aula, que foram gestos simples, mas fundamentais para a continuidade dessa jornada.

Aos amigos Clay, Naty e Athos, e às minhas irmãs Ana e Cariza, que, mesmo à distância, não pouparam palavras de apoio, fé e incentivo para que eu concluísse essa jornada.

A Fábio Allan Mendes Ramalho, meu amor e companheiro, que compartilhou comigo, diariamente, reflexões e revisões sobre tantas questões apresentadas, torcendo e vibrando a cada passo dado.

"Quero ficar com o problema, e a única maneira que conheço para fazê-lo é com alegria, terror e pensamento coletivo gerativos."

Donna J. Haraway, 2023, p. 60¹

¹ HARAWAY, D. J. **Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno**. Tradução Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

RESUMO

BEZERRA, J. A. S. (2025). *Construção de oficina de extensão com Temas Transversais: pesquisa-ação nas universidades públicas de Foz do Iguaçu*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade - PPGTGS, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

A partir da década de 1990, os temas transversais, como Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Direitos Humanos foram incorporados da educação básica ao ensino superior, sendo normatizados pelo Ministério da Educação como critérios na avaliação dos cursos de graduação com intuito de contribuir com a formação cidadã dos estudantes. No contexto universitário, a Extensão Universitária se destaca como uma ferramenta para a construção, pelos estudantes, de conhecimentos relacionados à realidade social. Contudo, a execução desses projetos, temas transversais e a Extensão Universitária, mesmo impulsionada nos últimos Planos Nacionais de Educação, enfrenta desafios, como currículos rígidos, resistência à inovação, dificuldades administrativas e desconexão com as demandas sociais. Diante desse cenário, surgiu a pergunta de pesquisa: como integrar os temas transversais à extensão curricular nos cursos de graduação das universidades públicas em Foz do Iguaçu? A pesquisa visa discutir as ações propostas e executadas ao longo do planejamento e a execução de três oficinas que associaram esses elementos, buscando criar espaços de discussão e ação por meio de técnicas de fomento à criatividade à luz do formato da tecnologia social, de forma interdisciplinar. Os resultados alcançados evidenciam a integração possível entre os temas transversais e a extensão, seja ou não curriculares. Além disso, destacam as limitações das oficinas enquanto tecnologia social e as potencialidades das ações propostas, capazes de otimizar recursos e promover uma educação mais alinhada com as demandas sociais.

Palavras-chave: temas transversais; extensão; curricularização; interdisciplinaridade; oficina.

ABSTRACT

BEZERRA, J. A. S. (2025). *Designing an Extension Workshop on Cross-Cutting Themes: An Action Research Approach in Public Universities in Foz do Iguaçu*. Master's Dissertation - Postgraduate Program in Technologies, Management and Sustainability - PPGTGS, State University of Western Paraná - UNIOESTE, Foz do Iguaçu, Paraná, Brazil.

Since the 1990s, cross-cutting themes such as Environmental Education, Education for Ethnic-Racial Relations, Afro-Brazilian and African History and Culture, and Human Rights have been incorporated from basic education to higher education, regulated by the Ministry of Education as criteria for evaluating undergraduate programs to contribute to students' civic education. In the university context, University Extension stands out as a tool for students to construct knowledge related to social reality. However, the implementation of these projects—cross-cutting themes and University Extension—even though encouraged in recent National Education Plans, faces challenges such as rigid curricula, resistance to innovation, administrative difficulties, and disconnection from social demands. Given this scenario, the research question emerged: How can cross-cutting themes be integrated into curricular extension activities in undergraduate programs at public universities in Foz do Iguaçu? The research aims to discuss the proposed and implemented actions during the planning and execution of three workshops that combined these elements, seeking to create spaces for discussion and action through creativity-enhancing techniques based on the social technology framework, in an interdisciplinary approach. The results demonstrate the possible integration between cross-cutting themes and extension activities, whether curricular or not. Additionally, they highlight the limitations of the workshops as a social technology and the potential of the proposed actions, which can optimize resources and promote education more aligned with social demands.

Key-words: cross-cutting themes; university extension; curricular integration; interdisciplinarity; workshop.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação.....	41
Figura 2. Nuvem de palavras elaborado no final da oficina.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. As normas, suas características e a relação com a interdisciplinaridade.....	26
Quadro 2. Palavras-chave e sinônimos.....	29
Quadro 3. String de busca.....	29
Quadro 4. Critérios de inclusão e exclusão.....	30
Quadro 5. Atribuição de critérios de qualidade.....	32
Quadro 6. Artigos selecionados e pontuação total nos critérios de qualidade.....	33
Quadro 7. Objetivos da Pesquisa e Perguntas Guias para Planejamento.....	43
Quadro 8. Perspectivas dos Seis Chapéus do Pensamento.....	48
Quadro 9. Alinhamento da oficina como Tecnologia Social (TS).....	51
Quadro 10. Resumo da Fase 1 - Planejamento.....	53
Quadro 11. Resumo da Fase 2 - Ação.....	55
Quadro 12. Ações propostas.....	56
Quadro 13. Curricularização da Extensão sob as perspectivas dos 6 chapéus.....	56
Quadro 14. Atividades de Extensão Curricular criadas pelos NDE's durante a Oficina e temas transversais relacionados.....	58
Quadro 15. Atividades de Extensão Curricular destacadas dos PPCs das Universidades nota 5 no MEC.....	59
Quadro 16. Ações de Extensão criadas durante a oficina.....	60
Quadro 17. Respostas obtidas na pré-avaliação e pós-avaliação sobre curricularização da extensão e temas transversais.....	61

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. TEMAS TRANSVERSAIS, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INTERDISCIPLINARIDADE.....	14
2.1 Temas Transversais.....	14
2.2 Temas Transversais para o Ensino Superior.....	18
2.3 Extensão Universitária.....	19
2.4 Interdisciplinaridade.....	24
2.4.1 Interdisciplinaridade como fator comum entre os temas transversais e a extensão universitária.....	24
2.5 Revisão Sistemática.....	27
2.5.1 Discussão dos artigos selecionados.....	33
2.6 A perspectiva da Tecnologia Social.....	38
3. CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA.....	40
3.1 Pesquisa-ação.....	40
3.2 Caracterização da pesquisa.....	42
3.3 Organização das etapas da pesquisa-ação.....	44
4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA-AÇÃO.....	46
4.1 Fase 1 - Planejamento das oficinas.....	47
4.2 Fase 2 - Ação.....	53
4.3 Fase 3 - Descrição.....	56
4.4 Fase 4 - Avaliação.....	62
5. CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
APÊNDICE A.....	78
APÊNDICE B.....	79
ANEXO 1.....	81

1. INTRODUÇÃO

Desde a redemocratização do Brasil, há um foco dos planos e diretrizes educacionais numa educação que prepare os estudantes para o exercício pleno da cidadania, enfatizando a formação de cidadãos críticos e participativos (Lombardi, 2001; PNE, 2014). Há uma variedade de modalidades educacionais orientadas nos mais diversos formatos disciplinares, interdisciplinares e transversais.

A educação formal por si só não é suficiente para preparar o indivíduo para atuar de maneira plena na sociedade contemporânea. Assim, na busca por uma formação integral que contemple a cidadania e as demandas do mundo do trabalho, foram fundamentados os temas transversais, que se estabelecem como elementos essenciais na educação. Esses temas como Ética, Pluralidade Cultural, Educação Ambiental, Saúde e Orientação Sexual foram incorporados à educação básica no Brasil a partir da década de 1990 e, desde 2000, sua inclusão no ensino superior tem se tornado cada vez mais relevante, sendo normatizada pelo Ministério da Educação (MEC) como um critério de avaliação dos cursos de graduação (SINAES, 2017). Os temas transversais, como Meio Ambiente, Diversidade e Direitos Humanos buscam promover uma visão interdisciplinar que permita aos estudantes compreender a complexidade do mundo contemporâneo (CNE, 2004; CNE 1/2012; CNE 2/2012).

A extensão universitária é outro aspecto relevante no contexto das reformas educacionais. Através de projetos de extensão, os alunos têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos em situações reais, desenvolvendo habilidades práticas e um compromisso social que é fundamental para a formação integral do cidadão (FORPROEX, 2012).

Batista de Deus (2018) destaca algumas dificuldades para execução da extensão universitária:

os currículos fechados em que os estudantes necessitam cumprir uma carga horária estruturada em créditos de disciplinas profissionalizantes, sendo muitos obrigatórios e poucos eletivos; o acomodamento tanto docente quanto discente; e a própria estrutura universitária que se coloca distante do cotidiano, dos movimentos sociais, das demandas gerais da sociedade, com uma rigidez ancorada na burocracia e nos pequenos poderes internos inerentes a todos os órgãos públicos (Batista de Deus, 2018, p. 627).

Considerando esse panorama, surge a seguinte pergunta de pesquisa: como associar os temas transversais para o ensino superior à extensão curricular nos cursos de graduação em Foz do Iguaçu? Essa reflexão se construiu partindo da hipótese de que a associação entre temas transversais e a extensão universitária é positiva e contribuirá para o aprimoramento de ambas, promovendo espaços de formação integral e cidadã dos estudantes. Com a curricularização obrigatória da extensão, percebe-se que há a oportunidade de associar estas duas demandas (normativas) da universidade - temas transversais e extensão - de forma objetiva, através de um planejamento que integre os temas transversais e os projetos de extensão, fomentando um debate oportuno sobre interdisciplinaridade, comum às duas questões. Será possível também, se aproximar da formação plena e cidadã proposta pela universidade (Brasil, 1996, Art. 2º).

A junção das duas demandas permite otimizar os processos de cumprimento das normativas da extensão universitária e dos temas transversais, racionalizando não só a verificação dos critérios de avaliação, mas também facilitando à universidade uma análise mais eficiente da integração com a comunidade por meio dos temas e projetos realizados.

Este estudo parte do pressuposto de que a curricularização da extensão enfrenta desafios significativos, como práticas de gestão universitária ineficazes e resistência às inovações pedagógicas (Bruno-Faria *et al.*, 2020).

Diante disso, a pesquisa justifica-se pela necessidade de fomentar discussões e propor ações que integrem a curricularização da extensão aos temas transversais, otimizando recursos e promovendo uma educação mais alinhada com as demandas sociais.

A integração efetiva dos temas transversais com a extensão universitária não ocorre de maneira facilitada e/ou automática, pois ambos se orientam por normas diferentes, sendo possível uma adaptação das práticas acadêmicas e curriculares existentes de forma a considerar essas duas atribuições universitárias.

Esta pesquisa, a partir de sua metodologia, busca uma proposta de fomento da vinculação direta dos Temas Transversais à Curricularização da Extensão, que não é explícita nas recomendações para o Ensino Superior. Sendo a interdisciplinaridade uma perspectiva comum a ambas as temáticas, este trabalho depende dessa visão para se apresentar como útil a qualquer uma das áreas na geração de ideias ou projetos para execução da curricularização da extensão universitária.

Cabe destacar que, por enquanto, a curricularização da extensão não tem instrumento formal de avaliação pelo MEC. Enquanto algumas universidades já concluíram a

implementação da extensão curricular em seus cursos, outras ainda estão no processo de definição de como essas atividades serão inseridas.

Vale salientar sobre o lugar no qual me encontro ao construir essa pesquisa. Por atuar como servidor federal da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA) constatei empiricamente que tanto os temas transversais quanto a curricularização da extensão não estavam se desenvolvendo no ritmo desejado e diante desse fato, refleti como poderia contribuir com a questão.

Durante a escrita desse texto, que se iniciou em 2023, a UNILA se encontrava em fase de curricularização da extensão, buscando implementar o mínimo de 10% da carga horária total de cada curso de graduação para atividades de extensão, seguindo a normativa do MEC:

No momento [junho, 2023], quinze cursos [...] estão com os processos de revisão bastante adiantados, com diversas estratégias de curricularização e com pareceres técnicos dos setores responsáveis (PROEX-PROGRAD). Dentre esses destaca-se os [4] cursos de Saúde Coletiva, Ciência Biológicas - Ecologia e Biodiversidade, Engenharia Física e Biotecnologia que tiveram os PPCs revisados com a inserção da curricularização da extensão e aprovados na Comissão Superior de Ensino (COSUEN) este ano [2023] (PROEX, 2023, p. 9).

A UNILA mantém 29 cursos de graduação. Isso gerou necessidade e oportunidade para desenvolver ações urgentes que fomentassem o debate e a construção de atividades curriculares de extensão. A demanda tornou-se clara ao considerar a quantidade de cursos com processos registrados naquele momento e o prazo definido pelo Plano Nacional de Educação, anos 2014-2024².

Inicialmente, as atividades foram pensadas para a UNILA, mas a comunidade universitária da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) demonstrou interesse e desta forma, a pesquisa também abrangeu participantes desta universidade e suas perspectivas.

- O objetivo geral da pesquisa foi estabelecer uma estratégia que possa fomentar a correlação entre a curricularização da extensão universitária e os temas transversais do ensino superior com docentes e discentes de instituições públicas de ensino superior de Foz do Iguaçu.

Os objetivos específicos estabelecidos foram:

² O Plano Nacional de Educação 2014-2024 teve seu prazo final prorrogado até 31 de dezembro de 2025 (Brasil, 2024).

- Discutir e fomentar a ligação entre os temas transversais e a curricularização da extensão universitária em sua perspectiva interdisciplinar a partir da revisão sistemática/bibliográfica;
- Compreender o impacto de ações executadas junto ao público participante, visando a elaboração de novas propostas de projetos de curricularização da extensão universitária;
- Elaborar, analisar/verificar a construção de uma oficina como Tecnologia Social.

Esta dissertação se organiza em quatro capítulos e está dividido da seguinte forma: Introdução (1); a apresentação da fundamentação teórica, incluindo uma revisão sistemática (2); o caminho percorrido e caracterização da pesquisa (3); o desenvolvimento das oficinas (4) e conclusão (5). Vale ressaltar que esta pesquisa aborda a problemática central: como potencializar a associação dos temas transversais à curricularização da extensão universitária na UNILA e UNIOESTE a partir da análise de oficinas estruturadas como tecnologia social.

2. TEMAS TRANSVERSAIS, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INTERDISCIPLINARIDADE

No contexto educacional brasileiro, a legislação e as diretrizes estabelecidas pelo MEC desempenham um papel fundamental na estruturação curricular da educação, desde os anos iniciais até o nível de ensino superior. As normas do MEC orientam os currículos, as metodologias pedagógicas e oferecem instruções de seleção de conteúdos. Inicialmente, apresentaremos algumas normas e discussões relacionadas aos temas transversais, extensão universitária e interdisciplinaridade, destacando o contexto do ensino superior. Seguiremos com a descrição de uma revisão sistemática realizada com o objetivo de encontrar uma intersecção entre as três dimensões estabelecidas no título deste capítulo.

2.1 Temas Transversais

Um dos caminhos para entender o que são os temas transversais é conhecer como a própria transversalidade e sua diversidade de temas surgiram, se desenvolveram e são normatizados no Brasil. Silva (2001) apresenta o cenário da época em que os temas transversais aparecem:

Depois do fim da ditadura militar, de Fernando Collor a Fernando Henrique, todas as políticas educacionais brasileiras vêm explicitamente e insistentemente utilizando-se dos termos “conhecimento” e “cidadania” como finalidades máximas das nossas escolas. A redemocratização do país e o fenômeno da globalização talvez fossem os dois principais motivos para a ênfase e a insistência: o mercado global, sustentado pela aceleração tecnológica na esfera da produção, exigia o novo patamar das chamadas “sociedades do conhecimento”; ao lado disso, as condutas subservientes da população brasileira no período ditatorial deveriam ser substituídas por um novo quadro de direitos e deveres da cidadania. E a escola brasileira, sem dúvida, tinha funções a cumprir dentro desse novo panorama (Silva, 2001, p. 147).

Silva (2001) continua discorrendo sobre a urgência das reformas educacionais no Brasil. Segundo o autor, havia uma ansiedade por tudo que poderia ser incentivado e produzido. Buscava-se um guia para renovar a educação, que foi encontrado na reforma da educação espanhola. Nunes (2001, p. 158), em um debate sobre sexualidade enquanto tema transversal, relata que “a atual reforma estrutural da educação brasileira, em seu aporte institucional, curricular e jurídico, em curso durante toda a década de 1990, encontrou na

reforma educacional espanhola sua inspiração principal”. E no mesmo volume, Dalarosa (2001), tratando do histórico desta questão, registra a origem dos temas transversais no Brasil:

A partir de 1996, dando continuidade à política educacional a ser implementada pela LDB³, o Governo Brasileiro, por intermédio do Ministério da Educação, divulgou o que seria uma proposta para a organização do ensino no país, usando os Parâmetros Curriculares Nacionais. Uma proposta que, como os próprios parâmetros dão a conhecer, teria a finalidade de resolver os graves problemas que afetam a educação brasileira, como a erradicação do analfabetismo, a redução da evasão e da repetência e a eliminação da reprovação escolar. Tais parâmetros teriam o propósito de ser apenas uma proposta e não uma obrigatoriedade. [...]. O conteúdo dos parâmetros traz, como novidade, os temas transversais e que vêm no bojo das reformas educacionais europeias, de modo especial na Espanha (Dalarosa, 2001, p. 205-206).

Na Espanha, foram definidos como temas transversais: “Educação Ambiental, Educação para a paz, Educação Moral e Cívica, Educação Sexual, Educação para o trânsito, Educação para a igualdade, Educação para a saúde e Educação do consumidor” (Yus, 1998, p. 31). No Brasil, a primeira versão sobre os temas transversais, apresentada dentro dos denominados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997), definiu como temas “ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual e temas locais (para o 1º e 2º ciclos) e trabalho e consumo (para o 3º e 4º ciclos)” (Dalarosa, 2001, p. 206).

Os PCN (Brasil, 1997, p. 4) tiveram como objetivo “Oferecer à criança brasileira pleno acesso aos recursos culturais relevantes para a conquista de sua cidadania”. O propósito do Ministério da Educação e do Desporto, à época, era apontar metas de qualidade que ajudassem o aluno a enfrentar o mundo como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres.

Cabe destacar alguns objetivos gerais para todas as áreas do ensino fundamental que se vincularam aos temas transversais, como:

...compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; [...] conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; e

³ LDB é a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996).

perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente (Brasil, 1997, p. 69).

E sobre transversalidade os PCN dizem que:

[Os temas transversais] Não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores (Brasil, 1997, p. 45).

Após diversas reflexões e críticas aos PCN, anos depois, em 2013, é publicado um novo documento: As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que sobre os PCN argumentam que “há um entendimento de que tanto as diretrizes curriculares, quanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), implementados pelo MEC de 1997 a 2002, transformaram-se em meros papéis” (Brasil, 2013). As DCN afirmam sobre os PCN que estes:

Preencheram uma lacuna de modo equivocado e pouco dialógico, definindo as concepções metodológicas a serem seguidas e o conhecimento a ser trabalhado no Ensino Fundamental e no Médio. [...] Entretanto, a educação para todos não é viabilizada por decreto, resolução, portaria ou similar, ou seja, não se efetiva tão somente por meio de prescrição de atividades de ensino ou de estabelecimento de parâmetros ou diretrizes curriculares: a educação de qualidade social é conquista e, como conquista da sociedade brasileira, é manifestada pelos movimentos sociais, pois é direito de todos (Brasil, 2013, p. 14).

Sobre transversalidade, as DCN argumentam que:

[...] é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento (Brasil, 2013, p. 29).

As DCN geraram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), publicada em 2017, que indicava de forma mais objetiva como os conteúdos deveriam ser

abordados a partir de uma perspectiva de competência a se desenvolver nos alunos. No que se refere aos temas transversais, a BNCC estabelece o seguinte:

[...]cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. [...] Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada (Brasil, 2017, p. 19).

A BNCC (Brasil, 2017) sugere os temas transversais, mas não apresenta em seu documento instruções detalhadas, de forma que, em 2019, foi publicada em documento separado a definição dos Temas Contemporâneos Transversais (Brasil, 2019), abordando 15 temas distribuídos nas novas macroáreas temáticas Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde.

Os temas mencionados como possíveis pela BNCC (Brasil, 2017) são: direitos da criança e do adolescente, educação para o trânsito, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural.

Os Temas Contemporâneos Transversais são: Ciência e Tecnologia, Direitos da Criança e do Adolescente, Diversidade Cultural, Educação Alimentar e Nutricional, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação Financeira, Educação Fiscal, Educação para valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais Brasileiras, Educação para o Consumo, Educação para o Trânsito, Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do Idoso, Saúde, Trabalho e Vida Familiar e Social (Brasil, 2019).

A publicação de novas orientações não tem oficialmente anulado ou revogado as orientações anteriores. As várias leis, normas e diretrizes, os PCN e BNCC, seguem orientando o trabalho docente na educação básica junto a outras normativas e planos vigentes em determinados períodos. Os PCN especificamente não foram revogados ou invalidados, sendo amplamente discutidos, referenciados e cobrados em concursos na área da educação. É possível encontrar publicações⁴ analisando semelhanças e diferenças entre PCN e BNCC, sugerindo que estes documentos são complementares no exercício docente.

⁴ Ver, por exemplo, Pereira *et al.* (2018).

2.2 Temas Transversais para o Ensino Superior

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído em 2004, estabelece em seu Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (2017), indicadores de avaliação para autorização, reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos de graduação que culmina no Conceito de Curso (CC) graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

Uma das dimensões verificadas nos cursos corresponde à Organização Didático-Pedagógica (SINAES, 2017, p. 11-12), dividida em 24 indicadores cujo nível de presença é verificado durante a avaliação. No indicador 1.5 é atribuído o nível máximo, nota 5, a um curso de graduação em avaliação que preencha os seguintes requisitos:

Os conteúdos curriculares, constantes no PPC, promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador (SINAES, 2017, p. 11-12).

Compreendemos que este indicador da avaliação se refere aos temas transversais:

- Educação Ambiental, pela Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, orientada para o ensino superior através das DCN para a Educação Ambiental, por meio da Resolução CNE/CP Nº 2/2012;
- História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, pela Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008, orientado para o Ensino superior pela DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais; História e Cultura Afro-Brasileira e Africana por meio da Resolução CNE/CP Nº 1/2004; e
- Educação em Direitos Humanos, pela Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação.

Não há avaliação da abordagem de apenas um dos três temas. Por essa razão, nesta pesquisa, consideramos conjuntamente os temas previstos e verificados no ensino superior pelo SINAES (2017). A seguir, apresentamos em detalhes os três temas verificados pela avaliação.

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999), dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), e tem como objetivo principal promover a educação ambiental em todos os níveis e modalidades do processo educativo - incluindo o ensino superior - por indivíduos e coletividades, na construção de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltados para a conservação do meio ambiente. A Lei nº 9.795 considera o meio ambiente um bem de uso comum do povo, essencial para a qualidade de vida e sustentabilidade. Ela busca incentivar a participação ativa dos órgãos e da sociedade na formulação de políticas públicas e na gestão ambiental. Destacamos, assim, um de seus princípios básicos: o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade.

Já a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 (Brasil, 2008), torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas públicas e privadas do país, do Ensino Fundamental ao Médio. O conteúdo programático deve abordar diversos aspectos da história e da cultura desses grupos étnicos, como a história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e a contribuição desses grupos na formação da sociedade brasileira. A lei busca promover a valorização da diversidade cultural brasileira, combater o racismo e a discriminação, e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 (CNE, 2012), estabelece as DCN para a Educação em Direitos Humanos. Esta resolução visa integrar a educação em Direitos Humanos em todos os níveis e modalidades de ensino, desde a educação básica até a superior. A resolução estabelece princípios fundamentais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade, a justiça social, a democracia e a não discriminação. As diretrizes orientam sobre os conteúdos a serem trabalhados, como direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, além de temas como diversidade, gênero, raça, etnia e orientação sexual. Esta resolução prevê e recomenda vários tipos de abordagens - transversais, disciplinares ou mistas - e orienta que a transversalidade deverá ser considerada nos espaços educativos, como na construção de modelos de extensão universitária, nosso próximo tema.

2.3 Extensão Universitária

A Extensão Universitária no Brasil foi inicialmente regulamentada em 1931 (Decreto-Lei nº 19.851) e em 1961 (Lei nº 4.024), com ênfase na transmissão de conhecimentos. A Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540) tornou-a obrigatória no

ensino superior. Na década de 1980, debates sobre o papel da universidade levaram à criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (1987) e em 1988, a Constituição estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Correa, 2007, p.11).

A Extensão Universitária está prevista no Art. 207 da Constituição (Brasil, 1988), conceituada na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 15), estabelecida como meta no Plano Nacional de Educação 2014 - 2024 (Meta 12.7) (Brasil, 2014) e normatizada pela Resolução N° 7/CNE, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018).

Na Constituição Brasileira, a extensão universitária está prevista no que chamamos de tripé da universidade, quando trata da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que as universidades devem obedecer. Já na Política Nacional de Extensão Universitária há o conceito de extensão que guiou os trabalhos por muito tempo, além de toda uma fundamentação de como ela pode funcionar.

Quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE), desde o Plano anterior (2001-2010), já se previa a inserção obrigatória das atividades de extensão nos cursos superiores de graduação. A meta do PNE 2014-2024 é a de que os cursos incluam de forma curricular, pelo menos 10% da carga horária para ações de extensão. Este processo da inserção obrigatória da extensão universitária nos currículos dos cursos superiores de graduação é identificado como Curricularização da Extensão. Vale ressaltar que ainda não há instrumento de avaliação para a curricularização da extensão universitária pelo MEC e as universidades implementam-na de maneira desigual.

Historicamente, a extensão universitária tem sido objeto de estudo e debate, com a finalidade de construir um marco teórico e prático que defina sua obrigatoriedade e articulação com as demais atividades acadêmicas (Leonídio, 2017).

A resolução do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2018), em seu artigo 3º destaca o conceito de extensão universitária enquanto um processo interdisciplinar. Segundo a resolução:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

De toda forma, é a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que irá estabelecer as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, detalhando os princípios que devem guiar as atividades de extensão, os fundamentos teóricos que as sustentam e os procedimentos a serem adotados no planejamento, na gestão e na avaliação dessas atividades. A resolução atende à Meta 12.7 do PNE, que busca ampliar a oferta de atividades de extensão e fortalecer sua vinculação às demandas sociais.

O FORPROEX argumenta que a curricularização da extensão universitária, ao ser estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 7 (Brasil, 2018), representou um avanço na relação sociedade-universidade. De acordo com essa legislação, a prática da extensão como um dos pilares obrigatórios do ensino superior deve ser uma atividade articulada com a formação do aluno, tendo como princípios norteadores a formação cidadã, o protagonismo estudantil e a transversalidade como elementos que podem construir e produzir conhecimentos relevantes para a sociedade como um todo. Leonídio (2017, p. 41-42) resume:

...três diferentes vertentes que determinam as conduções do tema em países e contextos distintos, mas que inspiraram profundamente a Extensão no Brasil: a primeira, fruto das universidades populares europeias que objetivavam disseminar conhecimentos técnicos à população; a segunda, com uma proposta de prestação de serviços (produto do modelo norteamericano) e a terceira, decorrente do manifesto de Córdoba que reafirma e busca legitimar o propósito social da universidade (Leonídio, 2017, p. 41-42).

Ampliamos três aspectos que perpassam diferentes momentos deste processo, da fase de concepção ao percurso histórico da discussão, refletidos na própria normativa da extensão universitária. São as diretrizes para execução da extensão universitária, suas classificações e seus eixos integradores.

O primeiro aspecto são as cinco diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitárias, apresentadas por Correa (2007) e ampliadas pelo FORPROEX em 2012: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social. Estas diretrizes são conhecidas como os 5 I's.

A diretriz da Interação Dialógica (FORPROEX, 2012, p. 16) orienta uma relação horizontal entre universidade e sociedade, marcada pelo diálogo e coprodução de saberes. Propõe valorizar os conhecimentos populares e comunitários, e busca incentivar metodologias participativas para democratizar o conhecimento. Busca superar desigualdades, garantindo que grupos sociais sejam co-autores nas ações extensionistas. Exige uma postura ética e

política, promovendo justiça social e inclusão. Seu desafio é romper hierarquias e institucionalizar práticas verdadeiramente colaborativas.

A diretriz da Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade (FORPROEX, 2012, p. 17) reconhece que os desafios sociais exigem respostas integradas, superando a fragmentação do conhecimento. Propõe a colaboração entre diferentes áreas acadêmicas e profissionais para ações extensionistas mais efetivas, combinando especialização e visão sistêmica. Essa abordagem busca promover as alianças entre universidade, setor público e comunidades, enriquecendo intervenções sociais com múltiplos saberes. O objetivo é garantir coerência teórica e prática nas soluções desenvolvidas, aproximando-as da complexidade real.

A diretriz da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão (FORPROEX, 2012, p. 18) busca transformar a extensão em espaço de formação cidadã e produção de conhecimento. Nesta perspectiva, estudantes assumem papel ativo como agentes de transformação social, enquanto a "sala de aula" se expande para os territórios comunitários, promovendo aprendizagem recíproca. A articulação com a pesquisa ocorre principalmente através de metodologias participativas como a pesquisa-ação. A diretriz ainda fortalece a pós-graduação ao incorporar atividades extensionistas e estimular a produção acadêmica derivada dessas experiências. Dessa forma, consolida-se um modelo universitário comprometido com a formação integral e a transformação social, no qual ensino, pesquisa e extensão se alimentam mutuamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A diretriz do Impacto na Formação do Estudante (FORPROEX, 2012, p. 19) busca fomentar a conexão dos estudantes com realidades sociais, desenvolvendo competências técnicas e cidadãs. Essa integração exige pensar a flexibilização curricular, com projetos pedagógicos claros que definam orientação docente, objetivos e métodos de avaliação. Para ser efetiva, as universidades precisam articular órgãos de extensão com colegiados acadêmicos, adaptando grades curriculares e sistemas de créditos. A legislação brasileira apoia essa visão, mas a implementação deve considerar as particularidades de cada instituição. Assim, a extensão poderá se consolidar como eixo fundamental na formação de profissionais éticos e socialmente comprometidos.

E por fim, a diretriz do Impacto e Transformação Social (FORPROEX, 2012, p. 20) propõe a extensão universitária consolidada como ponte transformadora entre universidade e sociedade, promovendo desenvolvimento regional e aprimoramento de políticas públicas. Suas ações devem priorizar questões relevantes, com abrangência e efetividade comprovada, sempre pautadas por valores democráticos e avaliação sistemática. A transformação social se potencializa quando articulada com as demais diretrizes extensionistas (dialógica,

interdisciplinar e indissociável). Assim, a extensão se afirma como prática política essencial para o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade mais justa.

O segundo aspecto que ampliamos é a classificação da extensão universitária, que é dividida em cinco categorias principais: I – PROGRAMA, que consiste em um conjunto articulado de projetos e outras ações (cursos, eventos, serviços), integrando extensão, pesquisa e ensino, com objetivo comum e execução a médio/longo prazo; II – PROJETO, ação contínua de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico, com prazo determinado, podendo ser vinculado a um programa ou isolado; III – CURSO, ação pedagógica teórica/prática, presencial ou a distância, com carga horária mínima de 8 horas e avaliação definida; IV – EVENTO, apresentação pública de conhecimento ou produto cultural, artístico, científico ou tecnológico; e V – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, trabalho oferecido ou contratado por terceiros, sem transferência de posse, devendo ser registrado como curso ou projeto quando se enquadrar nessas modalidades (Correa, 2007, p. 35-39).

O terceiro aspecto são os três eixos integradores da extensão universitária às políticas públicas: Áreas Temáticas, Território e Grupos Populacionais. As Áreas Temáticas são Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho. O eixo Território busca integrar espacialmente as ações extensionistas e as políticas públicas, promovendo intervenções interdisciplinares para reduzir desigualdades regionais. Por fim, o eixo Grupos Populacionais visa direcionar esforços para populações em situação de exclusão ou vulnerabilidade social, trabalhando de forma intersetorial para superar carências múltiplas.

Cabe destacar as áreas de atuação prioritárias pautadas para esta integração: Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; Ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica; Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira; Melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso; Melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária; Promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes; Ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência; Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos (FORPROEX, 2012, p. 24-26).

Exemplos de atividades de extensão universitária curricular serão apresentados no Quadro 15: Atividades de Extensão Curricular destacadas dos PPCs das Universidades nota 5 no MEC.

Na próxima seção abordamos a definição de interdisciplinaridade e outros possíveis elos entre a extensão universitária e os temas transversais.

2.4 Interdisciplinaridade

Nossa referência para discussão considera o que é estabelecido atualmente pela área interdisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2019), que elabora o conceito de interdisciplinaridade em articulação com outras perspectivas de pensamento:

Na medida em que os pensamentos disciplinar, pluri, multi e interdisciplinar, antes de se oporem, constituem-se em formas diferenciadas e complementares de geração de conhecimentos, o desafio que se apresenta, do ponto de vista epistemológico, é o de identificar características e âmbitos de atuação de cada uma dessas modalidades de geração de conhecimento nas diferentes áreas, assim como as suas possibilidades e limites. A multidisciplinaridade representa um avanço no tratamento de um dado problema de investigação complexo porque pressupõe a interlocução de várias perspectivas teórico-metodológicas. Entende-se por multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência. A interdisciplinaridade, por sua vez, pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos (CAPES, 2019, p. 9).

Um processo interdisciplinar pode também ser transversal e vice versa. Algumas vezes estas perspectivas podem se confundir um pouco, “mas diferem uma da outra, uma vez que interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos do conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão didática” (Siegel, 2012, p. 48).

2.4.1 Interdisciplinaridade como fator comum entre os temas transversais e a extensão universitária

A extensão universitária, assim como os temas transversais, se prevêm interdisciplinares. A busca dos formatos educacionais em uma relação com a sociedade fora dos moldes das disciplinas curriculares, para que os temas ou projetos não se tornem outras disciplinas, provoca uma discussão sobre a forma e perspectiva pela qual essas questões devem ser abordadas. A Resolução 7/2018 (Brasil, 2018) se concentra especificamente na extensão universitária, buscando definir suas diretrizes, princípios e objetivos. Diante disto, é

fundamental analisar como ela pode se articular com normativas relativas aos temas transversais. Apresentamos no Quadro 1 um comparativo e intersecções entre as 4 normas mencionadas.

Quadro 1. As normas, suas características e a relação com a interdisciplinaridade

Tema Transversal e Extensão Universitária	Objetivo	Âmbito	Conteúdo	Articulação com a extensão universitária	Impactos na extensão universitária	Perspectiva de Interdisciplinaridade
Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999 - PNEA)	Promover a educação ambiental	Todos os níveis e segmentos da sociedade	Meio ambiente, sustentabilidade	Indireta, ao estimular a conscientização ambiental	Estimula a realização de projetos de extensão com foco ambiental	Integral, abrangendo qualquer área do conhecimento de forma interdisciplinar.
Educação Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645/2008)	Incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	Ensino Fundamental e Médio	História da África, dos africanos, dos negros e dos povos indígenas no Brasil	Pode ser articulada com projetos de extensão que abordem temas relacionados à diversidade cultural	Pode incentivar projetos de extensão que valorizem a diversidade cultural	
Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012)	Integrar a educação em direitos humanos	Todos os níveis e modalidades de ensino	Direitos humanos, diversidade, igualdade	Pode ser articulada com projetos de extensão que promovam a cidadania e os direitos humanos	Pode inspirar projetos de extensão com enfoque em direitos humanos	
Extensão Curricular (Resolução CNE/CES nº 7/2018)	Estabelecer diretrizes para a extensão universitária	Ensino Superior	Extensão universitária, vinculação com a comunidade, projetos de pesquisa e ensino	Diretamente relacionada, definindo as diretrizes para a extensão universitária	Define os parâmetros para a organização e desenvolvimento de projetos de extensão	

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Em uma análise comparativa, a Resolução 7/2018 (Brasil, 2018) complementa as demais legislações, ao definir um campo específico de atuação: a extensão universitária. As leis e resoluções apresentam intersecções em diversos pontos, como a promoção da cidadania, a valorização da diversidade e a busca por uma sociedade mais justa e sustentável. A Resolução 7/2018 (Brasil, 2018) orienta a extensão universitária e, assim como as demais leis e resoluções, enfatiza sua importância para a formação integral dos estudantes e para a vinculação da universidade com a sociedade.

2.5 Revisão Sistemática

A revisão sistemática é um tipo de metodologia de pesquisa comumente utilizada pelos pesquisadores da área da saúde, porém outras áreas científicas como a educação, a psicologia e as ciências sociais se beneficiam com a aplicação desse conhecimento. Podemos dizer que a revisão sistemática é um tipo de investigação científica com o objetivo de “reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados de múltiplos estudos primários” (Cordeiro *et al.*, 2007, p. 429). A revisão sistemática tem o intuito de responder perguntas que são formuladas de maneira clara, com métodos sistemáticos, coletando, identificando e avaliando pesquisas científicas relevantes no tema que se deseja pesquisar, a partir da pergunta motivadora da pesquisa. Assim,

a RS [revisão sistemática] é reprodutível e tende a ser imparcial. Visa reduzir o viés através do uso de métodos explícitos para realizar uma pesquisa bibliográfica abrangente e avaliar criticamente os estudos individuais. Assim, em contraste com a revisão tradicional ou narrativa, a RS responde a uma questão de investigação bem definida e é caracterizada por ser metodologicamente abrangente, transparente e replicável (Donato; Donato, 2019, p. 227).

Neste trabalho utilizamos a metodologia da revisão sistemática da literatura, um tipo de metodologia “crucial para que possamos obter as informações desejadas em um crescente volume de resultados publicados, algumas vezes similares; outras, contraditório” (Brizola; Fantin, 2016, p. 29). Segundo as argumentações dos autores Brizola e Fantin (2017), “a revisão da literatura é feita para consumo próprio do pesquisador, para ajudá-lo a ter clareza sobre as principais questões teórico-metodológicas pertinentes ao tema escolhido” (Brizola; Fantin, 2017, p. 27-28). Logo,

[...] revisão da literatura ajuda: (a) delimitar o problema da pesquisa, (b) auxiliar na busca de novas linhas de investigação para o problema que o pesquisador pretende investigar, (c) evitar abordagens infrutíferas, ou seja, através da revisão da literatura o pesquisador pode procurar caminhos nunca percorridos, (d) identificar trabalhos já realizados, já escritos e partir para outra abordagem e (e) evitar que o pesquisador faça mais do mesmo, que diga o que já foi dito, tornando a sua pesquisa irrelevante. (Brizola, Fantin, 2017, p. 24)

Essa última perspectiva é a que mais nos interessa. Esta reunião de relatos e discussões tem como objetivo compartilhar experiências e promover uma análise comparativa que funcione como um passeio rumo a um horizonte de possibilidades. Mais do que apresentar fórmulas prontas, busca-se convidar à experimentação, explorando como a extensão universitária pode articular-se de forma prática com os três temas transversais do Ensino Superior.

A revisão concentra-se em buscar registros de experiências analisadas cientificamente, vinculadas à realidade brasileira. Embora pautada pelo marco normativo, o foco não está no mero cumprimento das legislações, mas na capilaridade dos trabalhos que associam extensão universitária a esses temas transversais. Objetiva-se investigar se a relação é explícita dos temas nas publicações e como essa articulação com a extensão tem sido construída na prática, destacando desafios, potencialidades e caminhos metodológicos.

Foi realizada busca de artigos acadêmicos, incluindo os de revisão, nas bases EBSCO, Eric, Gale, Redib, Scielo, Science Direct, Scopus e Wiley. As bases selecionadas, com exceção da Redib, consideram as áreas definidas pela Capes: Área Multidisciplinar, Subcategoria Ensino; Área Multidisciplinar, Subcategoria Interdisciplinar; e Área Ciências Humanas, Subárea Educação. A base Redib não está vinculada à Capes, sua inclusão se deu por conhecimento prévio sobre a base e constatação de resultados relacionados aos nossos temas em buscas livres. Já a base WorldCat foi listada como uma opção inicialmente, por apresentar muitos resultados na investigação inicial livre, porém, no momento de extração dos dados, mostrou que não permite exportação de nenhum tipo e não filtra os artigos acadêmicos, apresentando como artigos vários outros gêneros textuais diferentes, tais como projetos, matérias, entre outros, inviabilizando seu uso da forma objetiva, então foi excluída da lista de bases.

Optou-se também por não pesquisar diretamente na barra de busca do repositório Periódicos Capes, considerando que seriam emitidos alguns resultados constantes nas bases relacionadas, incorrendo resultados em duplicidade, porém, sem a possibilidade de uso dos filtros permitidos quando buscado direto nas bases.

Foi realizada uma pesquisa prévia, sem critérios, buscando sinônimos da *string* (Quadro 2). As palavras para composição da *string* de busca foram consideradas em português e também em tradução livre/direta em inglês, buscando abarcar o máximo de experiências possíveis, verificando que também são utilizadas nas publicações conforme resultados apresentados.

Quadro 2. Palavras-chave e sinônimos

Palavras-chave	Sinônimos
extensão	<i>extension</i> <i>outreach</i>
temas transversais	<i>cross-curricular theme</i> <i>cross-cutting theme</i> <i>cross-sectional knowledge</i> <i>cross-sectional theme</i> <i>tema transversal</i> <i>transversal theme</i>

Fonte: elaborado pelo autor

A *string* de busca foi formatada, conforme Quadro 3. Mas, as bases apresentam suas possibilidades de busca e filtros de forma diferentes, tendo sido necessário adaptar a *string* para cada base, buscando extrair todos os resultados possíveis de cada base de dados.

Quadro 3. *String* de busca

<i>String</i> de busca: ("extensão" OR " <i>extension</i> " OR " <i>outreach</i> ") AND ("temas transversais" OR " <i>cross-curricular theme</i> " OR " <i>cross-cutting theme</i> " OR " <i>cross-sectional knowledge</i> " OR " <i>cross-sectional theme</i> " OR "tema transversal" OR " <i>transversal theme</i> ")

Fonte: elaborado pelo autor

Foram aplicados filtros, considerando artigos publicados em qualquer período até julho de 2022, buscando textos completos e dando preferência, quando permitido pela base, pela busca da *string* primeiro no título, depois nas palavras-chave e depois no texto completo.

Seguindo as orientações de Brizola e Fantin (2017) acerca da revisão sistemática de literatura, escolhemos o sistema para organização de revisões sistemáticas chamado *Parsifal*⁵. Sobre esta etapa, dizem:

Depois de aplicar os termos de busca em fontes selecionadas chega-se a um conjunto de estudos que precisam ser arquivados para posterior inclusão dos mais relevantes na revisão que se pretende fazer. Para detectar os estudos

⁵ *Parsifal* é uma ferramenta online projetada para dar suporte a pesquisadores para realizar revisões sistemáticas de literatura no contexto de Engenharia de Software. Disponível em <https://parsif.al> (Acesso em 01 jun. 2022).

mais relevantes é preciso uma leitura inspeccional e decidir quais estudos são úteis para auxiliar a responder à questão da revisão. Essa inspeção pode começar por uma leitura analítica, dos títulos e resumos dos estudos, e posteriormente após essa análise, decidir quais estudos devem ser incluídos e quais devem ser excluídos, não sem antes fazer um registro do porquê tais estudos serão incluídos e outros excluídos (Brizola; Fantin, 2017, p. 34).

Algumas bases permitiram realizar a triagem pela presença das palavras-chave no título, resumo ou palavras-chave do artigo já na própria base. As que não permitiram, tiveram todos os seus resultados considerados para importação para o *Parsifal*, fazendo-se posteriormente a análise da presença das nossas palavras-chave numa verificação individual em cada um dos arquivos. No contexto do compartilhamento de experiências, foram considerados artigos abertos, de acesso livre.

A seleção de estudos para a revisão sistemática resultou na importação de 134 artigos das bases de dados consultadas. Foram excluídos 12 duplicados, e após aplicação e refinamento pelos critérios de exclusão apenas 7 foram aceitos (após a triagem). Os critérios de inclusão e exclusão são apresentados no Quadro 4.

A distribuição por bases foi a seguinte: EBSCO (12 importados, 1 aceito), Eric (nenhum estudo importado), Gale (32 importados, nenhum aceito), Redib (32 importados, 6 aceitos), Scielo (9 importados, nenhum aceito), Science Direct (26 importados, nenhum aceito), Scopus (15 importados, nenhum aceito) e Wiley (8 importados, nenhum aceito). Os dados foram obtidos por meio da plataforma *Parsifal* e compilados pelo autor.

Quadro 4. Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Artigos completos; Artigos de revisão; Relaciona ao menos um tema transversal previsto para o Ensino Superior e extensão.	Capítulos de livros; Estudos com experiências fora do Brasil; Estudos com tema transversal diferente dos previstos nas referidas leis; Estudos duplicados; Tema transversal ou extensão em sentido diverso ao dado pela resolução CNE e instrumento de avaliação SINAES; Teses e dissertações. ⁶

Fonte: elaborado pelo autor com dados do *Parsifal*

Elaboramos um sistema de pontuação simples para avaliar os estudos com base na presença dos temas pesquisados. Cada artigo recebe uma classificação quanto à presença do

⁶ Consideramos como critério de exclusão visto que a partir das teses e dissertações os autores geram artigos para publicação e estes já foram incluídos.

tema, que pode ser "Sim", "Parcialmente" ou "Não", correspondendo a valores numéricos distintos.

- "Sim" indica que o estudo apresenta plenamente o tema analisado, atribuindo 1 ponto.
- "Parcialmente" significa que o estudo aborda o tema de forma incompleta, parcial ou limitada, concedendo 0,5 pontos.
- "Não" refere-se à ausência do tema no estudo, resultando em 0 pontos.

No final da análise dos artigos, os pontos foram somados para cada estudo, gerando um total que refletia sua utilidade. Essa metodologia permitiu uma comparação quantitativa entre os trabalhos, destacando quais publicações eram mais abrangentes ou não apresentam os temas analisados, como educação ambiental, direitos humanos, diversidade étnico-racial e práticas extensionistas. Os artigos foram pontuados pela presença dos conteúdos pesquisados e classificados conforme apresentados no Quadro 6.

Quadro 5. Atribuição de critérios de qualidade

Critérios ↓ e Estudos →	Santos <i>et al.</i> , 2020	Belizário <i>et al.</i> , 2011	Silva <i>et al.</i> , 2021	Saleh <i>et al.</i> , 2012	Rodrigues e Carvalho, 2014	Gomes <i>et al.</i> , 2021	Souza <i>et al.</i> , 2018
1. Aborda educação ambiental?	Sim (1)	Sim (1)	Parcialmente (0,5)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)
2. Aborda educação em direitos humanos?	Sim (1)	Sim (1)	Parcialmente (0,5)	Parcialmente (0,5)	Parcialmente (0,5)	Não (0)	Não (0)
3. Aborda educação das relações étnico-raciais e/ou o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena?	Sim (1)	Não (0)	Parcialmente (0,5)	Não (0)	Não (0)	Não (0)	Não (0)
4. Aborda interdisciplinaridade?	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)
5. Envolve atividade prática em extensão?	Sim (1)	Sim (1)	Não (0)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (1)	Não (0)
6. Envolve discussão teórica ou levantamento de dados sobre extensão?	Sim (1)	Não (0)	Sim (1)	Não (0)	Não (0)	Não (0)	Sim (1)
TOTAL	6	4	3,5	3,5	3,5	3	3

Fonte: elaborado pelo autor com dados do *Parsifal*

Santos *et al.* (2020) obteve a pontuação máxima (6 pontos), destacando-se por abordar todos os temas investigados de forma integral, incluindo temas em direitos humanos, diversidade étnica, meio ambiente e atividades práticas em extensão universitária. Belizário *et al.* (2011) alcançou 4 pontos, por apresentar uma abordagem parcial dos temas pesquisados. Silva *et al.* (2021), Saleh *et al.* (2012) e Rodrigues e Carvalho (2014) foram classificados com 3,5 pontos, apresentando abordagens parciais de alguns temas estabelecidos como critérios. Os demais artigos pontuados com somatório 3 apresentam metade dos temas pesquisados.

A pontuação foi atribuída apenas para afirmar a inclusão dos artigos nesta revisão e verificar o quanto atendem aos critérios propostos. Apenas um artigo atingiu todos os critérios (Quadro 7).

Quadro 6. Artigos selecionados e pontuação total nos critérios de qualidade

Título do Artigo Selecionado	Pontuação de qualidade (até 6 pontos)
A temática ambiental nos projetos de pesquisa e extensão do curso de jornalismo das Universidades do Piauí (Sousa <i>et al.</i> , 2018)	3.0
<i>Experiencia docente en la formación inicial del profesorado: contribuciones a la enseñanza de la Educación Ambiental</i> (Gomes <i>et al.</i> , 2021)	3.0
O gênero textual folder a serviço da educação ambiental (Rodrigues; Carvalho, 2014)	3.5
Educação para o consumo e para a diversidade: representações de gênero em anúncios publicitários (Saleh <i>et al.</i> , 2012)	3.5
A Extensão Universitária no Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Silva <i>et al.</i> , 2021)	3.5
Construção e vivência de valores: aprendendo a ser e a conviver (Belizário <i>et al.</i> , 2011)	4.0
Relato das experiências pedagógicas em cartografia digital no ensino médio através da extensão universitária (Santos <i>et al.</i> , 2020)	6.0

Fonte: elaborado pelo autor com dados do *Parsifal*

2.5.1 Discussão dos artigos selecionados

Em ordem crescente da pontuação dos critérios de qualidade, apresentamos as contribuições dos artigos selecionados.

No artigo de Sousa *et al.* (2018), os autores analisam a abordagem de temas transversais, com ênfase no meio ambiente, nos cursos de Jornalismo da UFPI e Uespi, destacando sua integração insuficiente nos currículos. A pesquisa identifica a ausência de projetos específicos sobre questões ambientais entre 2007 e 2014, apontando para uma visão que desconsidera a interdisciplinaridade necessária para tratar a sustentabilidade. Embora o artigo aborde a temática ambiental, não discute explicitamente direitos humanos ou questões étnico-raciais, limitando-se a criticar a falta de articulação entre teoria e prática na formação jornalística. A metodologia baseia-se na análise documental de projetos de extensão e pesquisa.

No que se refere à extensão universitária, o artigo constata uma produção escassa nos cursos de Jornalismo das instituições analisadas, com apenas um projeto registrado na UFPI e nove na Uespi, nenhum deles abordando questões ambientais. Os autores destacam o desequilíbrio entre os pilares universitários, com predominância de pesquisas em detrimento

da extensão, o que limita o engajamento dos estudantes com problemas sociais reais. A relação entre temas transversais e extensão é proposta como uma solução para promover interdisciplinaridade e formação cidadã. O estudo sugere a necessidade de políticas institucionais para fomentar projetos que integrem jornalismo, sustentabilidade e comunidade (Sousa, *et al.*, 2018, p.74).

Por fim, o artigo conclui evidenciando a lacuna entre as diretrizes curriculares e a prática nas universidades analisadas, defendendo a capacitação docente e incentivo à extensão para consolidar uma formação jornalística alinhada com demandas socioambientais.

O artigo de Gomes *et al.* (2021) aborda a integração dos temas transversais, com ênfase no eixo Meio Ambiente, articulado à extensão universitária na formação de licenciandos em Ciências Biológicas.

A Educação Ambiental (EA) é tratada como um tema transversal conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), sendo aplicada em projetos desenvolvidos em escolas públicas de Goiana-PE. Por meio de metodologias como jogos didáticos ("*Recicla Mundo*" e "*El mundo del reciclaje*"), debates e materiais educativos, os graduandos trabalharam questões como consumo sustentável e reciclagem, conectando conceitos científicos à realidade local. O artigo não explora os temas transversais Direitos Humanos ou Questões Étnico-Raciais.

A disciplina "Prática Docente V" serviu como base para projetos extensionistas, nos quais os futuros professores desenvolveram habilidades didáticas e sociais, além de refletir sobre os desafios da realidade escolar. A relação entre extensão e temas transversais evidenciou-se na promoção da interdisciplinaridade e na formação cidadã, fortalecendo o vínculo entre universidade e sociedade (Gomes *et al.*, 2021).

Gomes *et al.* (2021) defendem que seja incentivada a formação em Meio Ambiente, se possível com práticas durante a formação inicial docente e de formação continuada quando os professores já estão em exercício, considerando a importância do tema para a formação e exercício da cidadania. Recomendam a inclusão "*en los planes de estudio de los cursos de pregrado [de] instrumentos para una formación no sólo científica, sino social ciudadana haciendo surgir individuos críticos, cuestionadores de la realidad local y global*" (Gomes *et al.*, 2021, p. 11), sem explorar outros temas transversais como Direitos Humanos ou Questões Étnico-Raciais.

O artigo, desenvolvido por Rodrigues e Carvalho (2014), apresenta um projeto de extensão universitária realizado pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO) – Campus Porto Nacional, em parceria com a comunidade quilombola Malhadinha, abordando temas

transversais como meio ambiente e direitos humanos, com ênfase na educação ambiental. A metodologia interdisciplinar integrou conhecimentos de Língua Portuguesa e Meio Ambiente, utilizando o gênero textual folder como ferramenta pedagógica para conscientização sobre o uso sustentável da água. O projeto combinou análise técnica da qualidade da água, conduzida por alunos do Curso Técnico em Meio Ambiente, e a produção educativa de material informativo, elaborado por alunos da disciplina de Língua Portuguesa, visando resolver um problema local com a água e promover cidadania. Embora o artigo destaque questões ambientais e sociais, não explora profundamente outros temas além do meio ambiente.

Os desafios do projeto incluíram a articulação entre diferentes áreas do conhecimento e a efetiva participação da comunidade, buscando alinhar ações extensionistas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O artigo evidencia a relação entre temas transversais e extensão, demonstrando como a educação ambiental pode ser trabalhada de forma contextualizada. A extensão universitária mostrou-se como um espaço privilegiado para a integração entre ensino, pesquisa e sociedade, reforçando o papel da instituição na promoção de saberes interdisciplinares.

Por fim, o artigo conclui que a utilização do folder como instrumento de educação ambiental foi eficaz no desenvolvimento de competências linguísticas e na mobilização comunitária, fortalecendo a cidadania e a sustentabilidade.

O artigo de Saleh *et al.* (2012), resultado de atividades extensionistas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), aborda temas transversais como gênero, consumo responsável, ética e diversidade, articulando-os à prática educativa. A análise crítica de anúncios publicitários evidencia representações estereotipadas de gênero, enquanto o consumo responsável é discutido em sua relação com meio ambiente, saúde e publicidade. A ética e a diversidade são exploradas na desconstrução de valores naturalizados que perpetuam desigualdades, destacando a interconexão entre os temas. No entanto, questões étnico-raciais e direitos humanos, embora tangenciados nos projetos do Núcleo de Relações Étnico-raciais, de Gênero e Sexualidade (NUREGS) e não são explicitamente desenvolvidos no artigo.

As metodologias das ações extensionistas são cursos, palestras e produção de materiais didáticos, voltados à formação de professores para a abordagem crítica do consumo e da publicidade. O NUREGS complementa essa abordagem com seminários e grupos de estudo sobre diversidade, utilizando como fundamentação teórica, a análise do discurso e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Os projetos buscam aplicar os temas transversais na educação básica, promovendo interdisciplinaridade entre linguística, educação e estudos de gênero (Saleh *et al.*, 2012).

O artigo demonstra como a extensão universitária articula pesquisa, ensino e sociedade, transformando realidades sociais ao combater estereótipos e promover reflexões sobre diversidade (Saleh *et al.*, 2012).

Já o artigo de Silva *et al.* (2021) analisa a extensão universitária no Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC/UFRJ), destacando a alimentação como eixo transversal que integra saúde, meio ambiente, cultura, direitos humanos, educação e tecnologia. A metodologia inclui revisão documental e análise de ações extensionistas, como oficinas, cursos e parcerias com movimentos sociais, evidenciando a relação entre temas transversais e extensão.

A extensão é apresentada como prática transformadora, articulando ensino, pesquisa e sociedade. As diretrizes tratam do alinhamento ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável de número 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), enfatizando a interação dialógica com comunidades, como agricultores familiares e comunidades periféricas urbanas. Os desafios incluíram a adaptação às atividades remotas durante a pandemia de Covid-19 e a implementação da curricularização da extensão, conforme o Plano Nacional de Educação. O artigo destaca parcerias com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Ministério Público do Trabalho e Organizações não Governamentais (ONGs), reforçando o impacto social das ações. A metodologia baseou-se em dados quantitativos e qualitativos, demonstrando a expansão e a consolidação da extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O estudo concluiu que a extensão tende a se fortalecer na universidade devido à normatização crescente e à percepção das demandas sociais, reforçando seu papel na transformação social (Silva, *et al.*, 2021).

O artigo de Belizário *et al.* (2011) relata um projeto de extensão desenvolvido por estudantes de Pedagogia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) em uma escola pública de Bauru-SP, abordando temas transversais como ética, educação sexual, pluralidade cultural, saúde, meio ambiente, trabalho e consumo, com o objetivo de promover o protagonismo juvenil. A metodologia incluiu dinâmicas de grupo, exibição de filmes e documentários, além de projetos interdisciplinares, como a produção de cartazes e textos sobre direitos humanos e sustentabilidade. Embora o artigo destaque questões como pluralidade cultural e meio ambiente, não há menção explícita a temas étnico-raciais, limitando-se a abordagens mais gerais sobre diversidade e preconceito. Os desafios identificados incluíram a dificuldade dos alunos em processos de autorreflexão e a necessidade de continuidade das ações para consolidar transformações sociais.

O projeto articulou extensão universitária com temas transversais por meio de oficinas semanais, visitas ao campus da UNESP e parcerias com acadêmicos de Psicologia e Biologia, seguindo os princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Houve atividades práticas, como debates sobre dilemas éticos e confecção de materiais sobre preservação ambiental (Belizário, *et al.*, 2011).

Os impactos do projeto incluíram maior participação dos estudantes em atividades escolares, como grêmios estudantis e rádio escolar, além de relatos de professores sobre melhoria no convívio e na capacidade crítica dos alunos. A extensão universitária demonstrou potencial para transformação social ao integrar temas transversais ao currículo, embora o artigo aponte a necessidade de ações contínuas para resultados duradouros (Belizário, *et al.*, 2011).

O artigo de Santos *et al.* (2020) apresenta uma experiência de extensão universitária que articulou temas transversais por meio da cartografia digital em escolas públicas. O projeto "A universidade vai à escola: trocas de experiências pedagógicas a partir do uso de geotecnologias" (Santos *et al.*, 2020, p. 10) foi desenvolvido por graduandos em Geologia da Universidade Federal de Goiás (UFG) com alunos da educação básica, utilizando geotecnologias como *QGIS* e dados oficiais (IBGE, SUS).

A metodologia baseou-se em oficinas temáticas em que os participantes produziam mapas e textos críticos, resultando num "Atlas geográfico por escolares". O estudo destacou como a abordagem "aprender fazendo" promoveu o protagonismo estudantil e a aplicação prática dos conhecimentos. Entre os desafios identificados estão a infraestrutura precária das escolas, sobrecarga dos professores e interrupções por reformas, que limitaram o alcance do projeto (Santos *et al.*, 2020).

O artigo relata que os resultados demonstraram impactos significativos: empoderamento dos estudantes, inserção de tecnologias digitais no cotidiano escolar e fortalecimento do vínculo universidade-sociedade (Santos *et al.*, 2020).

O trabalho apresentou de forma crítica um histórico de como as atividades de extensão na universidade têm acontecido e se normatizado. Há a ciência dos encaminhamentos de reserva de 10% dos créditos curriculares para a extensão. Também é discutida a interdisciplinaridade. Destacamos a seguinte passagem:

As atividades de extensão devem se pautar pelas trocas de experiências entre a sociedade e a universidade. Além disso, segundo a Política Nacional de Extensão Universitária, as ações de extensão devem se orientar por diretrizes básicas: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;

Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante, e Impacto e Transformação Social (Santos *et al.*, 2020, p. 8).

Quanto aos temas, as discussões eram permeadas pela construção dos mapas. Diz ainda o autor: “[...] é importante reforçar que o mapa não é o fim, mas o meio para discussão de um tema tão necessário para os jovens brasileiros” (Santos *et al.*, 2020, p. 11).

Conforme objetivamos com a Revisão Sistemática, conseguimos observar a associação dos temas transversais em seu conjunto previsto para o Ensino Superior junto à Extensão Universitária.

2.6 A perspectiva da Tecnologia Social

Considerando as conexões estabelecidas entre normativas orientadoras de políticas públicas, construções coletivas, trabalhos desenvolvidos junto à população e em prol destas, bem como, a busca pela transformação social, há outra perspectiva para este trabalho que cabe fundamentar: a perspectiva da Tecnologia Social e a relação deste conceito com os Temas Transversais e a Extensão Universitária.

Para o Instituto de Tecnologia Social (ITS), a tecnologia social (TS) é definida como: “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2004, p. 26).

Já a CAPES amplia o conceito caracterizando a TS como:

Método, processo ou produto transformador, desenvolvido e/ou aplicado na interação com a população e apropriado por ela, que represente solução para inclusão social e melhoria das condições de vida e que atenda aos requisitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e replicabilidade (Brasil, 2019).

Ambas as definições destacam a participação ativa da população e o foco em soluções práticas, diferenciando-se pelo enfoque da CAPES em critérios operacionais como replicabilidade e custo.

Alberto Cupani (2016) equipara a tecnologia social às demais formas de tecnologias, argumentando que:

A tecnologia, em concreto, existe na forma de muito diferentes tecnologias. Consideradas como maneiras de abordar sistematicamente a solução de

problemas práticos, as tecnologias podem ser diversamente classificadas. [...] De acordo com o tipo de artefato produzido, junto com a classe de informação científica utilizada, podemos diferenciar tecnologias físicas (ou diversos ramos da engenharia: civil, mecânica, elétrica, nuclear e a recente engenharia climática; a arquitetura e o urbanismo), tecnologias químicas (química industrial, engenharia química), tecnologias biológicas (agronomia, veterinária, medicina, farmacologia, odontologia, engenharia genética...), tecnologias psíquicas (psicologia clínica, psiquiatria, psicologia industrial, pedagogia...), tecnologias da informação (informática ou engenharia do conhecimento, em particular a “inteligência artificial”) e tecnologias sociais (que podem ser específicas, como a administração e a jurisprudência, ou gerais: a “engenharia social”, base de políticas sociais) (Cupani, 2016, p. 102).

Desta forma, o conceito e equiparação apresentados posicionam a TS como um campo de produção de conhecimento, ancorado em metodologias sistemáticas para resolver problemas sociais.

Melo (2023) argumenta que a TS, enquanto conjunto de metodologias, técnicas e processos sistematizados e replicáveis, voltados à resolução de problemas sociais em diálogo com as comunidades, pode ter como meio de execução a extensão universitária. A autora caracteriza a extensão como mecanismo institucional privilegiado para operacionalizar as tecnologias sociais: a possibilidade de co-criação de soluções contextualizadas, capazes de promover transformações estruturais mediante a valorização dos saberes locais e a participação ativa dos sujeitos envolvidos.

Melo (2023) argumenta com evidências empírica: durante a crise sanitária da Covid-19, quando instituições de ensino superior brasileiras implementaram tecnologias sociais através de ações extensionistas, tais iniciativas englobaram desde a produção emergencial de EPIs até a oferta de capacitação profissional remota e ampliação de serviços de saúde, comprovando a capacidade adaptativa dessas tecnologias. E para a autora, esses casos reforçam o potencial da extensão universitária enquanto vetor para aplicação de tecnologias sociais que, independentemente de seu grau de sofisticação técnica, apresentam eficácia comprovada na abordagem de problemas sociais complexos.

O ITS estabelece critérios⁷ para identificar TS, fundamentados em: a) Razão de ser – solução de demandas sociais concretas, identificadas pela população; b) Processos decisórios – estratégias democráticas e participativas; c) Papel da população – apropriação, aprendizagem e envolvimento ativo; e d) Sistemática – planejamento organizado e aplicação de conhecimentos (ITS, p. 28). Esses parâmetros reforçam que a TS não é um modelo rígido, mas um processo dinâmico assim como a extensão universitária.

⁷ Os critérios da Tecnologia Social serão ampliados na descrição da segunda oficina.

Quanto aos temas transversais, estes podem ser norteadores de discussões que resultem em diagnósticos para desenvolvimento de tecnologias sociais. Temas transversais, extensão e tecnologia social compartilham como princípios fundamentais a abordagem participativa, valorização dos saberes locais e foco na transformação social.

3. CAMINHO PERCORRIDO NA PESQUISA

Neste capítulo descrevemos o percurso desta pesquisa. Apresentamos as seguintes seções: caracterização e descrição do método da pesquisa-ação, caracterização da pesquisa, protocolo com detalhamento para o estudo, planejamento e organização das etapas de concretude da pesquisa-ação.

3.1 Pesquisa-ação

Para Michel Thiollent (2011, p. 20),

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Para o autor, os temas e problemas metodológicos discutidos pela pesquisa-ação se concentram na pesquisa empírica, que se dedica a descrever situações reais e a agir de forma a resolver problemas identificados nas comunidades analisadas. Em outras palavras, essa abordagem foca em entender e atuar sobre a realidade concreta das pessoas e grupos.

A pesquisa-ação tem entre outros objetivos, dentre eles: “d) A produção de guias ou de regras práticas para resolver os problemas e planejar as correspondentes ações; e) Os ensinamentos positivos ou negativos quanto à conduta da ação e suas condições de êxito” (Thiollent, 2011, p. 49). Thiollent fundamenta que pesquisa-ação é um método que:

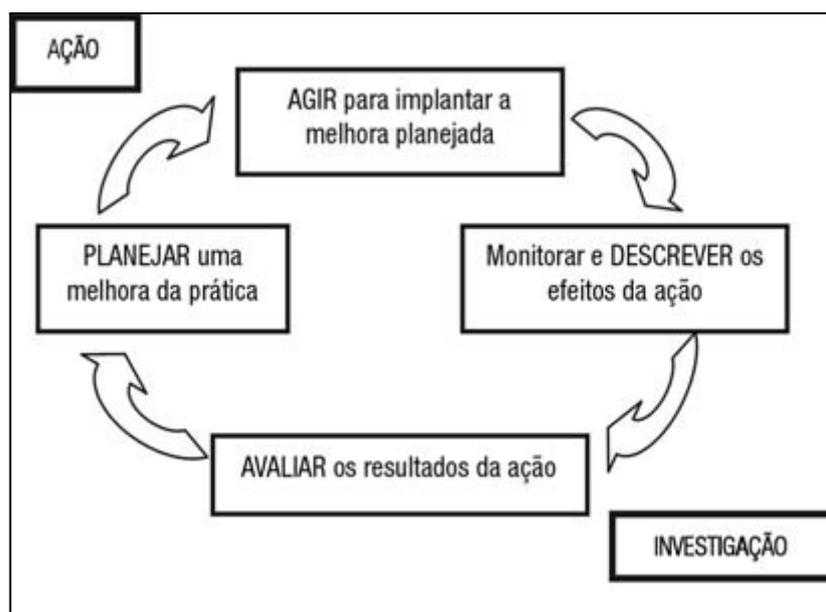
...consiste essencialmente em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de grupos em que encontram-se reunidos pesquisadores, membros da situação-problema e outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados ou, pelo menos, no avanço a ser dado para que sejam formuladas adequadas respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas. No processo de pesquisa-ação estão entrelaçados objetivos de ação e objetivos de conhecimento que remetem a quadros de referência teóricos, com base nos quais são estruturados os conceitos, as linhas de interpretação e as informações colhidas durante a investigação (Thiollent 2011, p. 7-8).

Sobre pesquisa-ação, Martins (2006, p. 47-48) apresenta que “no âmbito das organizações, é uma proposta de pesquisa mais aberta com características de diagnóstico e consultoria para clarear uma situação complexa e encaminhar possíveis ações, especialmente

em situações insatisfatórias ou de crise”. Ainda, Martins (2006, p. 50 *apud* Thiollent, 1984)⁸, que não chega a definir todas as etapas como fases, conclui: “embora não se tenha uma forma totalmente pré-definida [por Thiollent, 1984], pode-se dizer que existem quatro grande fases na condução de um projeto de pesquisa-ação”, a saber: Fase Exploratória, Fase da pesquisa aprofundada, Fase de ação e Fase de Avaliação.

Para Tripp (2005), a pesquisa-ação deve ser vista como um ciclo contínuo que melhora a prática por meio da interação entre ação e investigação. Ou seja, envolve agir na prática e, ao mesmo tempo, estudar essas ações para aprimorá-las. Diz o autor: “Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no decorrer do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação” (Tripp, 2005, p. 445-446). Tripp (2005) propõe um diagrama que apresentamos a seguir, na Figura 1.

Figura 1. Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação



Fonte: Tripp, 2005, p. 446.

Para Tripp (2005) a maioria dos processos de melhoria, como resolução de problemas ou tratamento médico, segue um ciclo: identificar o problema, planejar, implementar, monitorar e avaliar. Esse ciclo também se aplica aos desenvolvimentos: pessoais, profissionais ou de produtos, mas cada contexto pode exigir abordagens e pontos de partida diferentes.

⁸ Vale destacar que a obra Metodologia da pesquisa-ação (Thiollent, 2011) está em sua 18ª edição, e muitos autores se utilizaram de versões anteriores.

3.2 Caracterização da pesquisa

Antonio Carlos Gil (2010, p. 26) sugere uma classificação das pesquisas segundo a área de conhecimento, a finalidade, o nível de explicação e os métodos adotados. Seguindo esta classificação proposta, esta pesquisa pode ser caracterizada como da área do conhecimento em Ciências Humanas, sub-área Educação, com especificidades em Planejamento e Avaliação Educacional, Ensino-Aprendizagem e/ou Currículo.⁹ Logo, por sua finalidade, esta é uma pesquisa aplicada, “voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica” (Gil, 2010, p. 27).

A característica desta pesquisa, de acordo com a classificação de Gil (2010), é considerada como exploratória e descritiva, conforme menciona o autor:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. [...] Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relação entre variáveis, e pretendem determinar a natureza desta relação. Neste caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias. (GIL, 2010, p. 28)

Em relação aos métodos adotados, de acordo com Gil (2010, p. 28), “para que se possa avaliar a qualidade dos resultados de uma pesquisa, torna-se necessário saber como os dados foram obtidos, bem como os procedimentos adotados em sua análise e interpretação”. A pesquisa combinou diversas abordagens metodológicas. Seguindo Gil (2010), ela se enquadra como uma pesquisa qualitativa, de campo e não experimental. Já a coleta de dados envolveu tanto a revisão bibliográfica e documental quanto a pesquisa-ação. Essa combinação permitiu uma análise profunda e abrangente do fenômeno estudado, considerando tanto aspectos teóricos quanto práticos.

Esta pesquisa considera a literatura científica produzida sobre seus temas e também documentos, leis e normas publicadas por instituições. Para Gil (2010, p. 30), a pesquisa bibliográfica “fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas.” Ainda, para o mesmo autor, a pesquisa-ação “tem características situacionais, já que procura diagnosticar um problema

⁹ A organização da área de Ciências Humanas está disponível neste link: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/ciencias-humanas>. Acesso em janeiro de 2024.

específico numa situação específica, com vistas a alcançar algum resultado prático” (Gil, 2010, p. 42).

Considerando a classificação das pesquisas apresentada por Marconi e Lakatos (2013), quanto ao método de abordagem, esta pesquisa se enquadra como hipotético-dedutiva à medida que propõe uma intervenção, por meio da pesquisa-ação, com seus devidos argumentos de obtenção de resultados idealizados sobre a problemática apresentada.

Seguindo as considerações de Gil (2010) e Marconi e Lakatos (2013), este estudo combinou diferentes abordagens metodológicas. Neste sentido, a revisão bibliográfica e documental forneceram o embasamento teórico, enquanto a pesquisa-ação, com suas características situacionais e interventivas, permitiu uma análise densa e prática do problema em questão.

Os dados considerados para análise são as informações reunidas durante o percurso da pesquisa, antes, durante e depois da realização da ação realizada, incluindo as informações bibliográficas e documentais que foram necessárias para sua formatação e execução, seus relatórios, as impressões do pesquisador e executor das ações, o material produzido por seus participantes, o material adicionado às entregas finais, como o *benchmarking* e o relatório de uma etapa denominada Devolutiva.

Destacamos a pergunta desta pesquisa e as perguntas formuladas a partir dos objetivos desta pesquisa, para que funcionem como guias e pontos de verificação durante a investigação. Apresentamos no Quadro 7 a pergunta de pesquisa, os objetivos e as perguntas formuladas.

Quadro 7. Objetivos da Pesquisa e Perguntas Guias para Planejamento

Pergunta de Pesquisa	Como associar os temas transversais para o ensino superior à extensão curricular nos cursos de graduação em Foz do Iguaçu?	
Objetivos	Perguntas	
Geral	Estabelecer uma estratégia que possa fomentar a correlação entre a curricularização da extensão e os temas transversais do ensino superior com docentes e discentes de instituições públicas de ensino superior de Foz do Iguaçu.	Como foi idealizada a estratégia? Como ocorreu o planejamento das oficinas? Quais os pontos positivos e negativos da estratégia utilizada?
Específicos	Discutir e fomentar a ligação entre os temas transversais e a curricularização da extensão universitária em sua perspectiva interdisciplinar a partir da revisão sistemática/bibliográfica.	Como são trabalhados os temas transversais na extensão universitária curricular? Como associar a perspectiva interdisciplinar na aplicação dos temas transversais na extensão?

	Compreender o impacto de ações executadas junto ao público participante, visando a elaboração de novas propostas de projetos de curricularização da extensão.	Quais as percepções dos participantes das oficinas a respeito dos temas transversais na extensão universitária? Quais propostas os participantes das oficinas construíram a respeito das temáticas?
	Elaborar, analisar/verificar a construção de uma oficina como Tecnologia Social.	Qual a relação da oficina com o conceito de Tecnologia Social? A relação é pertinente?

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3 Organização das etapas da pesquisa-ação

A Revisão Sistemática considerou dados até julho de 2022. Foi o passo inicial para realização desta pesquisa, pois contribuiu para a formatação desde os objetivos à prática da oficina. Vale ressaltar que este estudo adotou a metodologia de oficinas como elemento central na execução da pesquisa-ação. Destaca-se que a eficácia das oficinas também foi influenciada por fatores externos, como a necessidade de divulgar as atividades ao público-alvo e de estabelecer certos acordos para sua implementação. Conseqüentemente, as oficinas passaram por algumas adaptações e flexibilizações durante seu desenvolvimento.

As atividades de intervenção descritas nesta pesquisa, isto é, as oficinas, tiveram um objetivo próprio, de auxiliar os participantes na elaboração de propostas de projetos de extensão, adequados ao processo de curricularização, a partir dos temas transversais previstos para o ensino superior, por meio do exercício de técnicas de fomento à criatividade. Este objetivo serviu como argumento para o aceite da participação pelos determinados grupos ou participantes.

Seguindo o diagrama de Tripp (2005), na fase de planejamento foi organizada a estrutura inicial da oficina. Já a fase ação tratou-se da execução das oficinas, em que de forma geral, foram apresentadas perspectivas sobre criatividade, destacadas experiências construtivas e reflexões sobre os temas, a fim de contribuir com o momento posterior, em que foram elaboradas, pelos participantes e/ou grupos, propostas de ações de extensão a partir dos temas transversais, mediante o uso do Formulário de Criação de Ação de Extensão Curricular (Apêndice A). As oficinas foram executadas uma após a outra buscando-se melhorar todos os pontos possíveis para atingir seus objetivos.

A fase de avaliação dos resultados da ação foi dividida em dois momentos. Um após a elaboração das propostas de ações de extensão pelos participantes durante as oficinas, em que houve apresentação, discussão e comentários sobre as ações criadas pelos participantes. E a

segunda fase em que as informações dessas ações foram sistematizadas e apresentadas aos participantes pelo pesquisador em um relatório ou apresentação final.

Sinaliza-se que a fase de Estruturação das Oficinas (pesquisa-ação para construção e coleta dos dados) compreendeu o período de maio de 2023 até maio de 2024. As análises dos dados e devolutivas aos grupos iniciaram em junho de 2023 e foram finalizadas em setembro de 2024. Compreenderam análises do percurso, relações da teoria e dos dados produzidos, observação direta e observação participante por coincidir com etapas da pesquisa-ação. E finalmente, a finalização das análises da pesquisa-ação, bem como a construção das orientações para replicação da oficina como tecnologia social, deram-se de setembro de 2024 até a defesa deste trabalho.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA-AÇÃO

Apresentamos a seguir as três ações tratadas nesta pesquisa. Pensadas como oficinas, as ações ocorreram uma após a outra, distribuídas no período de um ano, de maio de 2023 a abril de 2024, influenciados por diferentes fatores. Buscamos neste capítulo organizar as diversas fases de planejamento, ação, descrição e avaliação que envolveram a execução das oficinas, considerando a visão de Tripp (2005, p. 453-454) da pesquisa-ação como um processo cíclico, em que os resultados de cada ciclo informam melhorias nos ciclos seguintes. De acordo com o autor Tripp (2005, p. 453-454), os ciclos, ou epiciclos, como ele denomina, envolvem múltiplas iterações de investigação em cada fase, como planejamento, monitoramento e avaliação. A reflexão é fundamental em todas as etapas, começando pela identificação de melhorias e finalizando com a análise dos resultados.

A **primeira** ação, no formato de **oficina**, intitulada Curricularização da Extensão Universitária e Criatividade, foi realizada no dia 31 de maio de 2023, na UNIOESTE, Campus Foz do Iguaçu. Os subtemas eram: “O que é a curricularização da extensão universitária?” e “Dinâmicas para gerar novas ideias em processos acadêmicos”. A oficina foi idealizada a partir da disciplina “Tópicos especiais em gestão e desenvolvimento regional sustentável: capacidade criativa”, do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade - PPGTGS/UNIOESTE, Campus Foz do Iguaçu, ministrada pelo Professor Dr. Cláudio Alexandre de Souza.

A **segunda** ação, intitulada **Oficina** para Núcleo Docente Estruturante (NDE¹⁰): Construção de Ações Curriculares de Extensão com Temas Transversais, ocorreu no dia 28 de setembro de 2023. Essa atividade foi concebida como parte de um projeto de intervenção da disciplina Seminários de Pesquisa Interdisciplinar, oferecida pelo PPGTGS da UNIOESTE, Campus Foz do Iguaçu, ministrada pelo Professor Dr. Eduardo César Dechechi.

A **terceira** ação foi a **oficina** intitulada “Temas Transversais e Curricularização da Extensão com Criatividade”, realizada no dia 25 de abril de 2024, dentro da programação do evento 23º Seminário de Extensão da UNIOESTE - XXIII SEU e 3º Seminário de Integração: Ensino, Pesquisa e Extensão - 3º SIEPEX da UNIOESTE, ocorrida no Campus de Foz do Iguaçu.

¹⁰ Núcleo Docente Estruturante - NDE é um grupo de acompanhamento, composto de 5 (cinco) a 7 (sete) membros do corpo docente efetivo do curso, com atribuições, entre outras, de contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso; zelar pela integração curricular interdisciplinar; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão; conduzir os trabalhos de alteração ou reestruturação curricular; e fazer cumprir o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Link para a normativa: <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-2-2022-cosuen-2100>. Acesso em 01 set. 2023.

4.1 Fase 1 - Planejamento das oficinas

A **primeira oficina**, visando construir estratégias iniciais enquanto prática, teve como objetivo geral uma aplicação com foco na criatividade (aplicação de técnicas, ensino, difusão) no desenvolvimento da curricularização da extensão universitária.

O planejamento foi baseado em leis e normativas do MEC, artigos de periódicos, incluindo os analisados na revisão sistemática de literatura, dos quais destacamos a produção de SANTOS *et al.* (2020), em anais de eventos, dissertações e teses, e relatos registrados em reuniões formais de conselhos superiores, fóruns, como a reunião do Fórum sobre Curricularização da Extensão da UFRGS (Fórum, 2022), bem como as normativas internas e comunicados da UNILA e UNIOESTE em relação ao tema da curricularização e aos temas transversais. Nesta oficina os temas transversais apenas foram sugeridos.

Para embasamento e desenvolvimento do tema da capacidade criativa, foram investigadas dinâmicas e a literatura sobre criatividade, como situações provocadoras orientadas, com regras fixas que geralmente tiram o indivíduo da rotina e permitem o exercício da criatividade.

Para Celso Antunes (2010), a criatividade é uma habilidade, capacidade, e tal qual memória e pensamento, com esforço e dedicação, pode ser conquistada, ensinada, ou melhor dizendo, estimulada. E para Steven Johnson (2011), novas ideias estão sempre limitadas pelos recursos e conhecimentos disponíveis em seu tempo, não são frutos exclusivos de mentes excepcionais ou não dependem apenas de indivíduos geniais, mas surgem da reorganização criativa de ideias já existentes, combinadas em novos contextos, em ambientes que favorecem a colaboração, o acesso ao conhecimento e a experimentação.

A oficina combinou duas técnicas para estímulo da criatividade na investigação de perspectivas sobre a Curricularização da Extensão: O *Brainwriting* e Os Seis Chapéus do Pensamento de Edward de Bono. O *Brainwriting* é uma técnica de geração de ideias na qual os participantes de um grupo devem escrever suas ideias, sem julgamentos, sobre uma questão específica por alguns minutos, sem falar com o grupo todo (MJV Team, 2022). A técnica dos Seis Chapéus (Bono, 2008) para desenvolvimento do pensamento criativo foi idealizada pelo médico, psicólogo e professor norte americano Edward de Bono, como ferramenta prática para organização das ideias. As perspectivas dos Seis Chapéus estão apresentadas no Quadro 8.

Também foi utilizado o Formulário de Criação de Ação de Extensão Curricular (Apêndice A) para fomentar as ideias de projetos de extensão, que contemplava as

características de uma ação de extensão curricular prevista na Resolução N° 7/CNE, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018).

Quadro 8. Perspectivas dos Seis Chapéus do Pensamento

ORIENTAÇÕES DOS SEIS CHAPÉUS DO PENSAMENTO DE EDWARD DE BONO	
<p>CHAPÉU BRANCO - INFORMAÇÃO</p> <p>Está relacionado à obtenção de informações, conhecimento e fatos. Permite apresentar informações de forma neutra e objetiva, incluindo fatos, números e dados. Envolve identificar as informações disponíveis, perceber quais informações estão faltando e quais gostaríamos de obter, além de pensar em como podemos adquirir essas informações. A análise das informações deve ser imparcial, deixando de lado opiniões, crenças e argumentos.</p>	<p>CHAPÉU VERMELHO – EMOÇÃO</p> <p>Está associado à intuição, sentimentos, palpites e emoções. Permite expressar esses sentimentos e intuições sem a necessidade de justificativa, explicação ou apologia. Os sentimentos podem ser discutidos de forma aberta e natural, o que é extremamente valioso.</p>
<p>CHAPÉU PRETO/ROXO¹¹ - CRÍTICA</p> <p>Está ligado ao julgamento, cuidado e avaliação, buscando identificar riscos e o pior cenário possível. Neste chapéu, é possível considerar as propostas de forma crítica e lógica. A proposta é refletir sobre por que a questão pode não ser viável em termos de fatos, experiência disponível ou sistema em uso. Pode-se considerar aspectos como custos, normas, regulamentos, aspectos legais, necessidade de manutenção e questões de segurança.</p>	<p>CHAPÉU AMARELO - OTIMISMO</p> <p>Está associado ao otimismo, aos aspectos positivos das coisas. Permite avaliar os benefícios, a viabilidade e encontrar maneiras de realizar algo, identificar os benefícios de uma opção, selecionar a proposta preferida, destacar os elementos positivos de um design e explorar como algo pode funcionar. Este chapéu nos incentiva a buscar o lado positivo das situações.</p>
<p>CHAPÉU VERDE – CRIATIVIDADE</p> <p>Está relacionado às novas ideias, novas formas de se ver as coisas. Envolve o pensamento criativo, a apresentação de alternativas, possibilidades e hipóteses, bem como propostas interessantes e novas abordagens. Também abrange provocações e mudanças. É importante focar no pensamento criativo, permitindo o uso do pensamento abstrato sem críticas. No entanto, seu uso pode ser desafiador, pois vai contra hábitos, julgamentos e críticas.</p>	<p>CHAPÉU AZUL – VISÃO GERAL</p> <p>É utilizado para guiar as discussões, sugerir o próximo passo na sequência de chapéus/pensamento e solicitar um resumo, conclusão ou decisão, visando aumentar a produtividade. Geralmente, o facilitador ou moderador utiliza o chapéu azul para conduzir o uso dos outros chapéus e encerrar a reunião de forma eficaz.</p>

Fonte: Adaptado de BONO, 2008 e GRANDO, 2013.

Finalizados os estudos, passou-se para o planejamento das estratégias e especificação do conteúdo da oficina, sendo definidos conforme a seguir:

1. Apresentação das legislações e sensibilização: foram apresentadas as legislações, destacando seus artigos que mencionam o tema e argumentos de autores sobre o sentido destas legislações e como atendê-las (SINAES, 2017). Curricularização da Extensão

¹¹ Para a oficina, o chapéu preto foi substituído por um chapéu roxo, evitando associar a cor preta a aspectos negativos.

(UNILA, 2021): Constituição (Brasil, 1988, Art. 207); Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 15); Plano Nacional de Educação - 2014 - 2024 (Meta 12.7) (Brasil, 2014); Resolução Nº 7/CNE, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018). Também foram apresentadas avaliações e reflexões de pesquisadoras da área da curricularização como Olgamir Amância Ferreira - UNB (Fórum, 2022) e Luciane Iwanczuk Steigleder (Trajetória, 2021).

2. Sobre Criatividade: foram abordadas as contribuições dos autores Steven Johnson (2021) e Celso Antunes (2010) sobre fomento à criatividade. Técnicas de Criatividade: foram utilizadas as técnicas *Brainstorming* associada ao *Brainwriting*, Papel-Pedra-Tesoura-Humana e 1-2-4-Todos (Funretrospectives, 2023), utilizando um formulário, criado pelo mestrando, que contemplava campos relacionados à Curricularização da Extensão e aos Temas Transversais.
3. Formulário de Criação de Ação de Extensão Curricular: para fomentar as ideias de projetos de extensão, foi disponibilizado um formulário que contemplava as características de uma ação de extensão curricular prevista na Resolução Nº 7/CNE, de 18 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018).
4. Apresentação e discussão das propostas de ações de extensão criadas: os participantes apresentaram aos demais suas propostas e foi estimulada a discussão sobre as mesmas pelo grupo.

A divulgação da oficina foi realizada entre professores universitários, do município, estado, iniciativa privada, técnicos-administrativo em educação, alunos da graduação, pós-graduação, outros profissionais e interessados, via *e-mails* institucionais, redes sociais e afixação de cartazes nas universidades públicas de Foz do Iguaçu, UNILA e UNIOESTE, como também no PTI/PARQUETEC ITAIPU.

O planejamento da **segunda oficina** ocorreu após a execução da primeira, e a partir das reflexões sobre todas as etapas aplicadas, se percebeu que dentro do cronograma previsto estavam estipuladas muitas técnicas de criatividade a serem executadas. Buscou-se fundamentar melhor a justificativa para a oficina como um todo, bem como um modelo de atividade que acontecesse e justificasse sua execução.

Tendo em vista não apenas os objetivos, mas também a perspectiva de execuções contínuas, com melhorias na execução da oficina a partir das práticas, essa construção metodológica se estabelece como pesquisa ação, e a base para sua estrutura passou a ser pensada como uma tecnologia social. Nesta segunda execução a abordagem dos temas transversais foi mais afirmativa, como um ponto de partida e não apenas sugestão.

Foram acrescentados como conteúdos abordados na oficina os Temas Transversais: Educação Ambiental, pela Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, pela Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008; Educação em Direitos Humanos, pela Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação.

Foi planejada a ampliação do tempo previsto para a discussão dos projetos a serem criados e para as contribuições da oficina, bem como discussão dos conhecimentos adquiridos, registrando-se perspectivas destes pensamentos por meio da elaboração de nuvens de palavras usando o aplicativo *Mentimeter*.

Para sua realização, foram identificados cursos nos quais a curricularização da extensão ainda não havia sido concluída na reformulação do PPC, visando contribuir para a construção das ações curriculares de extensão.

A proposta da oficina foi divulgada via *e-mail* para os NDEs dos cursos que fazem parte do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH) e do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP), ambos da UNILA. Nestes institutos, nenhum curso havia finalizado seu processo de curricularização à época da divulgação da oficina (PROEX, 2023). Os membros dos NDEs dos cursos de História – Grau Licenciatura e História – América Latina - Grau Bacharelado, solicitaram uma apresentação da proposta em reunião e aceitaram sua execução. Ocorreram as tratativas para definição de agenda viável para o NDE e o pesquisador, para aplicação da oficina. Ainda, sobre o NDE, foi verificado o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) do curso para entender como estavam inseridos os temas transversais e as normativas internas da Unila em relação à Curricularização da Extensão.

Os objetivos definidos foram:

- Geral:

Colaborar, por meio de oficina com técnicas de criatividade, junto aos NDEs dos cursos de História – Grau Licenciatura e História – América Latina - Grau Bacharelado, na elaboração de ações de extensão curriculares associadas aos temas transversais.

- Específicos:

1. Identificar os conhecimentos do NDE, prévios e posteriores à oficina, quanto aos temas transversais para o ensino superior e a curricularização da extensão;
2. Sensibilizar o NDE quanto aos temas transversais no ensino superior e a curricularização da extensão;

3. Produzir, por meio da oficina junto aos NDEs dos cursos de História – Grau Licenciatura e História – América Latina - Grau Bacharelado, propostas de ações de extensão curriculares baseadas nos temas transversais para o ensino superior.

A fase de Implementação inclui aplicação, anterior e posterior à oficina, de questionário ou atividade sobre curricularização da extensão, temas transversais e percepção da relação entre eles, utilização de nuvem de palavras e/ou questões estruturadas de múltipla escolha (usando *Google Form* ou o *mentimeter*¹²) para avaliar os conhecimentos prévios e posteriores dos participantes sobre as temáticas e sobre a própria oficina. Ainda, na fase de implementação, execução desta oficina (com 2 ou 3 horas a ser acordada com o público alvo) com uso do Formulário de Criação de Ação de Extensão Curricular (Apêndice A); e registro fotográfico da ação. Pretendeu-se na oficina destacar experiências construtivas e chamar os participantes a realizarem reflexões a fim de colaborar com a curricularização da extensão que se apresentava, no momento de realização da ação, em implantação.

A fase de Devolutiva inclui a apresentação ao NDE das propostas de ações de extensão criadas durante a oficina, avaliação da oficina e do seu conteúdo por parte e junto ao NDE, elaboração de relatório, resumo, apresentações e publicação técnico-científica oportuna, incluindo análise do material produzido e análise global da intervenção.

Pensando a oficina como uma Tecnologia Social (TS), seguiremos os parâmetros estabelecidos pelo Caderno de Debate do ITS (2004), conforme Quadro 9, a seguir.

Quadro 9. Alinhamento da oficina como Tecnologia Social (TS)

Parâmetros da Tecnologia Social (ITS, 2004)	Alinhamentos desta oficina com a proposta de Tecnologia Social
1. Quanto à sua razão de ser: a TS visa à solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população;	Os NDEs da UNILA estão em atraso, considerando o prazo, quanto à curricularização da extensão e a necessidade de realizar este processo;
2. Em relação aos processos de tomada de decisão: formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população;	Espera-se que o NDE construa propostas de ações de extensão curriculares durante e a partir da sensibilização e orientações da oficina.
3. Quanto ao papel da população: há participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos;	A oficina é aberta, e as propostas de ações de extensão universitária serão executadas pelos participantes das oficinas.
4. Em relação à sistemática: há planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada;	É necessário levar em conta os fundamentos de educação e históricos-filosóficos da universidade no Brasil para fomentar ações de extensão curriculares; A oficina prevê diagnóstico de conhecimentos antes e depois com devolutiva, reflexão e produção acadêmica;

¹² Link para o *mentimeter*: <https://www.mentimeter.com/pt-BR>. Acesso em 30. Mar. 2023.

5. Em relação à construção de conhecimentos: há produção de novos conhecimentos a partir da prática;	Serão gerados novas propostas de ações a partir dos temas transversais na oficina;
6. Quanto à sustentabilidade: visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental;	A oficina será ofertada pela própria universidade, não haverá dispêndio de recurso para realizá-la. As propostas de ações criadas podem trazer impactos sociais e até econômicos a depender do projeto.
7. Em relação à ampliação de escala: gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências. Gera, permanentemente, as condições favoráveis que deram origem às soluções, de forma a aperfeiçoá-las e multiplicá-las.	A oficina poderá ser reproduzida ou ampliada conforme a necessidade de outros NDEs e âmbitos da universidade relacionados à curricularização, à própria extensão ou temas transversais universitários.

Construído a partir dos parâmetros do ITS (2004).

A partir da execução das oficinas anteriores percebeu-se que era preciso melhorar a aferição de conhecimentos prévios e posteriores à oficina. Para a **terceira oficina**, foram usados papéis adesivos de cores diferentes e planejadas quatro perguntas:

No início, para pré-avaliação:

- O que entendo/imagino/sei/penso sobre curricularização da extensão? - a ser respondido nos papéis adesivos na cor rosa.
- O que entendo/imagino/sei/penso sobre temas transversais? - a ser respondido nos papéis adesivos na cor azul-claro.

No final, para pós-avaliação:

- O que entendo/imagino/sei/penso sobre curricularização da extensão?- a ser respondido nos papéis adesivos na cor verde.
- O que entendo/imagino/sei/penso sobre temas transversais? - a ser respondido nos papéis adesivos na cor amarela.

O objetivo geral da oficina era o de construir ações de extensão associadas aos Temas Transversais para o Ensino Superior dentro dos moldes propostos pela Curricularização da Extensão. Os objetivos específicos foram os de (1) Identificar os conhecimentos dos participantes, prévios e posteriores à oficina. (2) Sensibilizar os presentes quanto aos Temas Transversais para o Ensino Superior e a Curricularização da Extensão; e (3) Produzir, junto aos participantes, propostas de ações de extensão curriculares baseadas nos Temas Transversais para o Ensino Superior.

A oficina seguiu trazendo o percurso histórico das universidades até a promoção da extensão como parte do currículo, dentro de um projeto de universidade para todos, até a Meta do Plano Nacional de Educação 2014 - 2024.

Sobre os Temas Transversais para o Ensino Superior, foram apresentados os mesmos estabelecidos na segunda oficina.

Sobre criatividade, foram abordados os conceitos e argumentos dos autores das oficinas anteriores.

E como metodologias para incentivar a criatividade dos participantes, a oficina se apoiou nas estratégias de *Brainwriting* (MJV Team, 2022), Pedra-Papel-Tesoura Humana e Dinâmica 1-2-4-Todos (Funretrospectives, 2023), além de um formulário que apresenta campos com todas as necessidades mínimas para criação de um projeto dentro das orientações da curricularização da extensão, produzido para coleta das ideias no momento indicado.

Quadro 10. Resumo da Fase 1 - Planejamento

Planejamento	Oficina 1	Oficina 2	Oficina 3
Criatividade	Edward de Bono		
	Celso Antunes e Steve Johnson		
	Pedra-Papel-Tesoura-Humana; 1-2-4-Todos; <i>BrainWriting</i>		
Tecnologia Social		Formatação da Oficina	
Temas Transversais		Fundamentação e Ponto de Partida	
Extensão	Percurso da Extensão até sua Curricularização		
	Formulário de Criação de Ação de Extensão Curricular		
Pré e Pós-Avaliação		<i>Mentimeter</i>	Com <i>Post-its</i>

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2 Fase 2 - Ação

Na **primeira oficina** estiveram presentes docentes da UNIOESTE e UNILA, alunas da Pós-graduação da UNIOESTE e uma técnico-administrativa da UNILA, totalizando 10 (dez) participantes.

Durante esta oficina houve exposição de conceitos relacionados à criatividade e curricularização da extensão, dinâmicas de grupo, idealização de projetos de extensão com uso de formulário criado pelo mestrando e debates em grupos menores e com o grupo todo sobre as dinâmicas realizadas, processos de criatividade e curricularização da extensão. As dinâmicas de grupo utilizadas foram: Pedra-papel-tesoura-humana para promover a integração entre os participantes; Dinâmica 1-2-4-Todos, para criar projetos de extensão; *BrainWriting*; e Seis chapéus do Pensamento, para pensar sobre a curricularização da extensão.

Após exposição dos aspectos sobre Curricularização da Extensão, os participantes foram divididos em 5 (cinco) duplas. As duplas escolheram a cor do chapéu sem saber o significado das cores. Os chapéus estavam virados para baixo com o significado em uma folha dentro do chapéu e papéis adesivos nas mesmas cores para listagem das ideias, perspectivas, entre outros. Após a escolha dos chapéus pelas duplas, foram apresentadas as suas perspectivas, conforme o Quadro 8. Utilizando-se do *Brainwriting*, sem julgamentos, os

participantes listaram nos papéis adesivos suas ideias e pensamento e incluíram dentro do chapéu correspondente.

A **segunda oficina**, denominada Oficina para Núcleo Docente Estruturante (NDE): Construção de Ações Curriculares de Extensão com Temas Transversais, ocorreu no dia 28 de setembro de 2023. Participaram 4 docentes membros dos NDEs dos cursos de graduação em História – América Latina, Grau Bacharelado e História – Grau Licenciatura da UNILA.

A ação se deu na ordem a seguir: foram apresentadas as legislações na íntegra em seus artigos que mencionam o tema e argumentos de autores sobre o sentido destas legislações e como atendê-las, relativas à Curricularização da Extensão e Temas Transversais. Sobre Criatividade foram abordadas as contribuições dos autores Steven Johnson (2021) e Celso Antunes (2010) sobre fomento à criatividade. As Técnicas de Criatividade Utilizadas Foram *Brainstorming* associada ao *Brainwriting*, Papel-Pedra-Tesoura-Humana e 1-2-4-Todos (Funretrospectives, 2023), junto ao Formulário de Criação de Ação de Extensão Curricular, que contemplava campos relacionados à Curricularização da Extensão e aos Temas Transversais. Houve a apresentação e discussão das atividades criadas e discussão das contribuições da oficina e dos conhecimentos adquiridos com elaboração de uma nuvem de palavras usando o aplicativo *Mentimeter* (Figura 2).

Posteriormente à oficina, foi realizado um *benchmarking*, buscando verificar as ações de extensão executadas pelos cursos com maiores conceitos no Brasil, para acrescentar possibilidades de atuação dos cursos na extensão de forma curricular.

De acordo com Chiavenato (2007, p. 196), o *benchmarking* é uma abordagem para avaliar produtos, serviços e práticas de concorrentes e líderes do mercado, visando identificar padrões de excelência para impulsionar mudanças e inovações.

Para tanto, realizamos uma análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de História com Conceito de Curso (CC) 5 (cinco), nota máxima no MEC. Atualmente há 27 cursos com nota 5 (cinco) no MEC, disponíveis na plataforma *E-MEC*¹³ em 16 de fevereiro de 2024 (Anexo 1). As universidades não são concorrentes entre si, mas a metodologia do *benchmarking* foi válida para nosso caso, aplicando as possibilidades de atividades para implantação.

A **terceira oficina**, dedicada ao desenvolvimento de ações de extensão associadas aos Temas Transversais para o Ensino Superior, conforme as diretrizes da Curricularização da Extensão, contou com 13 participantes, dentre eles professores universitários, alunos de

¹³ Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/emec/nova>> . Acesso em agosto de 2023.

graduação e pós-graduação e membros da comunidade externa interessados nos processos acadêmicos.

A oficina iniciou-se com uma avaliação inicial dos conhecimentos dos participantes, utilizando papéis adesivos e a técnica de *Brainstorming* (tempestade de ideias) - *Brainwriting* (MJV Team, 2022). Esse momento serviu para captar as percepções e o nível de familiaridade dos presentes com os temas que seriam abordados. Em seguida, o mestrando fez uma apresentação sobre a Curricularização da Extensão e Temas Transversais para o Ensino Superior conforme definidos na avaliação do MEC.

A apresentação seguinte abordou a criatividade, destacando técnicas e abordagens para estimular a inovação na elaboração de projetos e na execução das próprias ações de extensão.

A etapa prática da oficina envolveu a divisão dos participantes individualmente, e depois em grupos, que foram encarregados de idealizar, discutir e construir propostas de ações de extensão. Utilizando um formulário guia fornecido, cada grupo desenvolveu propostas com possibilidades concretas para integrar os Temas Transversais à extensão no Ensino Superior. Os grupos discutiram e ajustaram suas ideias, com o objetivo de criar propostas viáveis e inovadoras.

Para concluir a oficina, foi realizada uma nova avaliação dos conhecimentos adquiridos e da eficácia da oficina. Os participantes utilizaram papéis adesivos e participaram de uma nova tempestade de ideias para refletir sobre o que aprenderam e avaliar como a oficina atendeu às suas expectativas.

As propostas de ações desenvolvidas foram apresentadas e discutidas durante o debate final. Essas propostas foram organizadas posteriormente e enviadas aos participantes, acompanhadas das avaliações inicial e posterior.

Quadro 11. Resumo da Fase 2 - Ação

Ação	Oficina 1	Oficina 2	Oficina 3	
Atividades			Pré-Avaliação	
		Legislação dos Temas Transversais		
		Extensão e Curricularização		
		Perspectivas de Fomento à Criatividade e Dinâmicas		
		Criação de Propostas de Extensão com Formulário		
			Apresentação e Discussão das Propostas	
				Pós-Avaliação
Quantidade de Ações de Extensão Elaboradas	12	8	16	
Relatório Posterior	Enviado aos Participantes			
Particularidades	6 chapéus de Edward de Bono	Apresentação do Relatório e <i>Benchmarking</i> de Ações de Extensão	Avaliação da Aderência Prévia e Posterior dos Participantes às temáticas da Oficina com Post-Its	

Fonte: Elaborado pelo autor

4.3 Fase 3 - Descrição

Na **primeira oficina** os participantes construíram indicadores sobre a curricularização da extensão e 12 ideias de ações/atividades de extensão, conforme listados no Quadro 12.

Quadro 12. Ações propostas

	TÍTULO	CURSOS RELACIONADOS	PÚBLICO ALVO
1	A moda na Hotelaria	Hotelaria; <i>Marketing</i> ; Moda.	Alunos do curso de Hotelaria/Hoteleiros da cidade.
2	Apresentando minha escola. Minha escola é inclusiva?	Pedagogia; Psicologia.	Professores e comunidade.
3	Artesanato de primavera	Todos os cursos.	Comunidade circundante da universidade, acadêmicos, técnicos e docentes.
4	De onde venho? Onde estou?	Qualquer curso.	Qualquer pessoa que queira conversar sobre sua origem.
5	Escrita interativa	Todos.	Estudantes do ensino médio.
6	I-A rodas de diálogos IA	Todos.	Todos.
7	Rodas para comunicar	Todos.	Todos, em especial jovens.
8	Salada comunitária	Todos os cursos.	Associações de bairro, comunidade acadêmica e geral.
9	Soluções portáteis	Todos.	Alunos e Organizações da sociedade.
10	Tecnologias educacionais na palma da mão	Pedagogia - Tecnologias.	Professores.
11	Tecnologias e inclusão	Pedagogia e Tecnologia.	Professores e alunos.
12	Voluntariado e sua importância para a comunidade	Todos.	Alunos/professores/funcionários.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As perspectivas levantadas pelos grupos a partir dos Seis Chapéus estão no Quadro 13, a seguir. A numeração de cada perspectiva não indica ordenamento, serve apenas para contagem.

Quadro 13. Curricularização da Extensão sob as perspectivas dos 6 chapéus

Chapéu Branco: (1) Previsão Financeira; (2) Somente decretos e portarias; (3) Propaganda ou Publicidade; (4) Como desenvolver as ações (Manuais); (5) Pesquisa e Atuação; (6) Pesquisa de melhor formato para desenvolvimento da curricularização; (7) Destaque para o foco das ações de extensão; (8) Contato com as universidades que já implantaram a curricularização.

Chapéu Vermelho: (9) Alegria; (10) Empatia; (11) Satisfação.

Chapéu roxo: (12) Desconsideração das atividades de extensão para bolsas e em concursos; (13) Falta de clareza do que esperar dos alunos; (14) Aumento exponencial da demanda de trabalho; (15) Falta de financiamento para implementação; (16) Desconsideração das atividades de extensão na progressão docente;

(17) Formação para a estrutura administrativa para dar suporte às novas demandas das atividades de curricularização; (18) Formação para os docentes, alunos e Técnicos-Administrativos sobre a importância da Curricularização; (19) Sobrecarga na carga-horária dos estudantes; (21) Gera mais demanda administrativa (orçar, executar, prestar contas etc); (22) Falta de padronização.

Chapéu Amarelo: (23) Estar com pessoas de diferentes origens; (24) Curso de curta duração; (25) Aproximar pessoas; (26) Parcerias com a prefeitura; (27) Articular as disciplinas com a extensão; (28) Financiamento; (29) Levar conhecimento; (30) Acessibilidade; (31) Divulgação; (32) Compartilhar experiências de vida; (33) Localização; (34) Trocas entre as universidades; (35) Reunir diferentes cursos para pensar juntos a extensão.

Chapéu Verde: (36) Promover a interação entre os cursos (interdisciplinaridade); (37) Identificar possíveis gaps do mercado (externo); (38) Elaborar projetos a partir da necessidade; (39) Conscientização dos docentes da resolução da curricularização; (40) Conscientizar alunos com oficinas; (41) Oficinas para promover reflexão sobre o assunto com o objetivo de gerar ideias de extensão.

Fonte: Elaborado pelo autor.

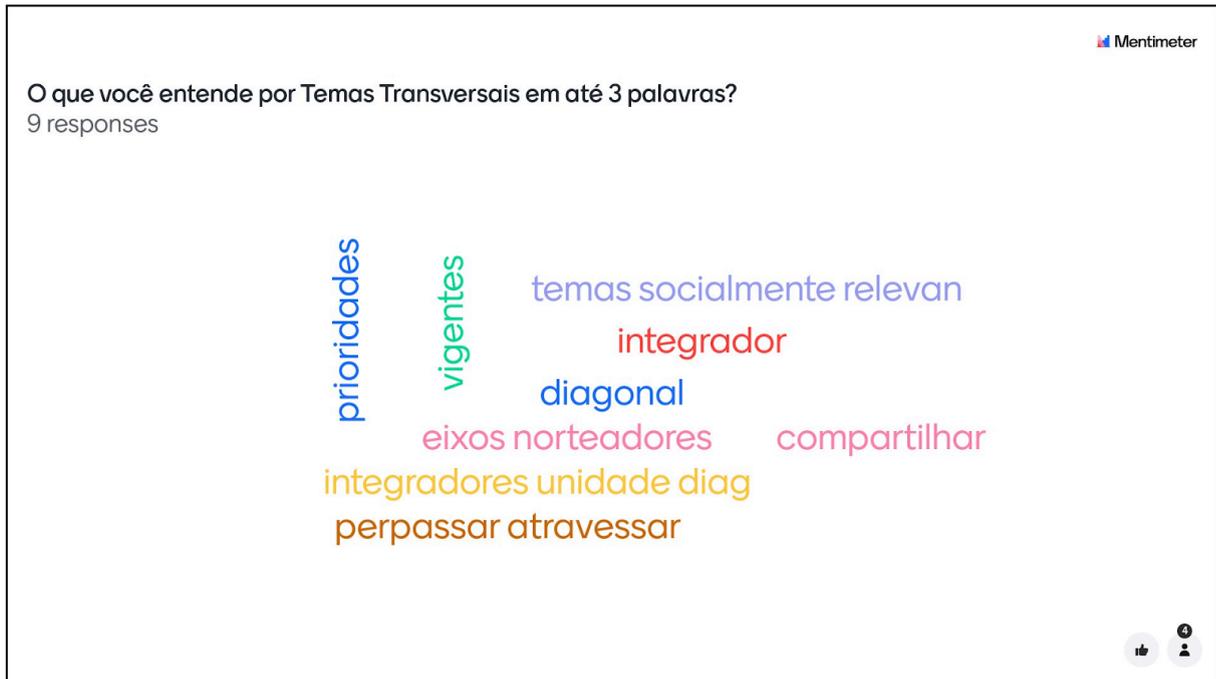
Para a **segunda oficina**, a fase de implementação incluiu a execução da oficina (com 2 horas de duração) em que foram apresentadas perspectivas sobre criatividade, destacadas experiências construtivas e reflexões a fim de contribuir com o momento posterior de elaboração de propostas de ações de extensão pelo grupo, mediante o uso do Formulário de Criação de Ação de Extensão Curricular.

Após a elaboração das propostas, houve apresentação, discussão e comentários sobre as ações criadas pelos participantes.

Seguindo o planejamento, as ações criadas foram organizadas para estudo e entrega ao grupo participante em formato de relatório com considerações.

Em um momento posterior ao encerramento da oficina, ocorreu a devolutiva, no dia 20 de fevereiro de 2024, que incluiu, além de um momento de avaliação da oficina e do seu conteúdo, a apresentação dos resultados dos objetivos da oficina, das ações de extensão geradas durante a oficina, e um banco de ideias coletadas no *benchmarking*.

Os conhecimentos prévios do NDE foram verificados no Projeto Pedagógico do Curso e serviram de base para a organização da oficina. Os conhecimentos posteriores foram verificados com a construção de uma nuvem de palavras no final da oficina. Constatou-se que há uma familiaridade dos docentes com os temas transversais. A nuvem de palavras (Figura 2) elaborada durante a oficina pelos presentes afirma a relevância social dos temas e indica que, para os participantes, os temas são prioridades vigentes, relevantes e norteadoras.

Figura 2. Nuvem de palavras elaborado no final da oficina

Fonte: Elaborado pelo autor e participantes por meio do aplicativo *Mentimeter*.

O objetivo geral da oficina consistiu em colaborar, por meio de técnicas de criatividade, junto aos NDEs dos cursos de História – Grau Licenciatura e História – América Latina - Grau Bacharelado, na elaboração de ações de extensão curriculares associadas aos temas transversais, e foram criadas oito ações de extensão curriculares associadas aos temas transversais (Quadro 14).

Quadro 14. Atividades de Extensão Curricular criadas pelos NDE's durante a Oficina e temas transversais relacionados

	TÍTULO	PÚBLICO ALVO	ATIVIDADE PRINCIPAL	TEMA TRANSVERSAL RELACIONADO
1	Turismo e História	Guias de Turismo de Foz do Iguaçu	Formação para guias de turismo para atuarem na cidade.	Educação em Direitos Humanos
2	Patrimônio e História na Fronteira	Estudantes de História e Formadores de Cultura (Fundação Cultural).	Identificação de Espaços Museais (potencial). Levantamento de demandas.	Educação em Direitos Humanos e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
3	Memória de Movimentos Sociais	Acampados do MST do Oeste do Paraná.	Registro e Divulgação de Memórias.	Educação em Direitos Humanos
4	Casa de Memória da Fronteira	Moradores da Fronteira Trinacional	Registro e divulgação de memórias de grupos, movimentos sociais e saberes ancestrais.	Educação em Direitos Humanos e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

5	Saberes Ancestrais	Comunidades e grupos afrodescendentes.	Oficinas e mesas redondas com representantes de comunidades quilombolas e lideranças religiosas de matriz africana.	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
6	Você sabe que pode estudar na UNILA?	Moradores da Vila C e Cidade Nova. Bairros distantes do centro com população que teve sua origem nos barrageiros que construíram ITAIPU.	Espalhar cartazes pelo bairro com a pergunta. Depois buscar as associações e escolas e marcar reuniões para uma conversa falando sobre a UNILA. Convidar a população para vir à Universidade falar do que esperam da Universidade.	Educação em Direitos Humanos
7	A Foz do Iguaçu de Todas as Cores	Fundamental II - 6º ano ao 9º.	Um passeio pela cidade, passando pelas fronteiras, bairro árabe, Bubas, vilas... se pede para observar características dos moradores.	Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos
8	Educação ambiental e resíduos sólidos urbanos: do estado atual ao estado desejado	Pessoas de baixa renda em moradias das regiões periféricas em Foz do Iguaçu (pode ser próximo da beira do rio Paraná)	Campanhas de educação ambiental; Capacitação aos coletores de lixo; Projeção e debate do documentário "Lixo extraordinário"; Visita à estação de lixo do município.	Educação Ambiental

Fonte: Elaborado pelo Autor

Foram buscadas informações sobre as ações de extensão executadas pelos cursos ou previstas nos PPCs dos 27 cursos de graduação em História com CC 5 no MEC. Mas nem todas as ações ou PPCs estavam disponíveis. Dentre os PPCs disponíveis analisados, com ações de extensão claramente identificadas, destacamos as ideias e inspirações de ações de extensão no Quadro 15:

Quadro 15. Atividades de Extensão Curricular destacadas dos PPCs das Universidades nota 5 no MEC

UNIVERSIDADE	AÇÃO DE EXTENSÃO
Universidade Federal de Viçosa - UFV	Eventos culturais com a comunidade; Assessoria a empresas/órgãos. Oferecer cursos (Comissão Coordenadora do Curso de História, 2023).
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	Educação Patrimonial e de gestão de acervos (Curso de Graduação em História Grau Bacharelado, 2018).
Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE	Participação em conselhos, fóruns e outras instâncias da comunidade externa: órgãos governamentais, organizações não governamentais, entidades de classe, associações, empresas privadas e outras instituições de ensino (Curso de História, 2018).
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	Laboratório de Restauração de Documentos (LABRE) - Restauração de livros, jornais e outros documentos históricos (Comissão de Elaboração, 2003).
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	Programa de Iniciação à Docência – PIBID (Curso de Graduação em História, 2015).
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Disciplinas, extensão livre, Programa de Extensão em História Pública. Utilização de tecnologias audiovisuais e digitais para divulgar o conhecimento histórico, com atividades como produção de podcasts e vídeos, além de cursos e oficinas de extensão. Os estudantes participam em diferentes projetos e eventos,

	contribuindo para a disseminação da história fora do ambiente acadêmico (Curso de Graduação em História, 2022).
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	Formação Continuada de Professores, Memória social e patrimônio e Cursos livres. Cursos de extensão ofertados pelos alunos sobre a história da África e de cultura afro-brasileira, bem como a publicação de material didático-pedagógico que possa dar suporte técnico ao processo de ensino-aprendizagem. Planejamento e a execução, pelos discentes, sob a supervisão do docente ministrante, de atividades de extensão, tais como minicursos, seminários, oficinas, entre outros, voltadas para a comunidade externa (Curso de Licenciatura em História, 2018).
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	Abrangência da América Latina e Caribe (Colegiado do Curso de História, 2018). (Destacamos aqui como ideia a possibilidade de produzir material abrangendo América latina e Caribe pelos próprios alunos dos diferentes países).

Fonte: Elaborado pelo Autor

Na **terceira oficina**, os 13 participantes criaram 16 propostas de ações de extensão, que podem ser agrupadas em áreas como Educação, Apoio Comunitário, Conscientização Ambiental e Saúde, Desenvolvimento Profissional e Gestão.

A modalidade das ações se concentrou em sua maioria (de 16 propostas) em Curso/Oficina, com 46,7% do total e Projetos com 40% do total. A previsão em sua maioria de meses (37,5%) ou dias (43,8%) para execução das atividades. A previsão de alcance ficou bastante dividida, e foram indicados os alcances de uma instituição (25%), um grupo (31,3%), uma comunidade (25%) ou até uma região (18,8%).

Apresentamos no Quadro 16, o detalhamento das atividades criadas. Excluimos as propostas incompletas e as que se aproximaram evitando duplicidade.

Quadro 16. Ações de Extensão criadas durante a oficina

TÍTULO	PÚBLICO ALVO	ATIVIDADE PRINCIPAL
Primeiros Socorros	Professores de creches; Mães e Pais.	Primeiros socorros em caso de engasgamento em bebês.
Reciclagem e reforma da edificação	Comunidade de uma Escola Municipal.	Desenvolvimento de projeto de arquitetura para melhorias no âmbito escolar.
Oficina de criatividade	População de um município.	Painel para pintura de mureta de um viaduto.
Iniciação sobre economia e investimentos com crianças e adolescentes	Crianças e adolescentes	Abordar temas pouco falados no ensino fundamental e médio, como poupar e investir seu dinheiro para o futuro.
Monitoramento de tempo em serviços de clínicas odontológicas	Dentistas e seus auxiliares que desenvolvem atividades em clínicas.	Monitoramento do tempo para execução de procedimento, para posteriormente padronizar o tempo das agendas/consultas com base nisso e evitar atrasos de atendimento.
Saúde pelo Estilo de Vida	Estudantes do Ensino Médio.	Curso sobre exercício físico, alimentação saudável, manejo do estresse, orientação sobre higiene do sono.

Entendendo Leis Tributárias	Grupos mais carentes ou sem acesso à informação/estudo legislativo.	Trazer de forma prática o esclarecimento da parte legislativa referente à área contábil.
Extensão para Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD)	Adolescentes de 12 a 18 anos com Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) da rede pública de ensino.	Socialização e exploração de conhecimentos de dentro dos cursos da Universidade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foi realizada uma atividade de avaliação dividida em duas etapas: pré-avaliação e pós-avaliação. Na pré-avaliação, os participantes refletiram e responderam sobre a Curricularização da Extensão e Temas Transversais. Na pós-avaliação, revisitaram as mesmas questões para avaliar mudanças nas percepções. A comparação entre as avaliações inicial e final nos permite uma visão sobre a evolução do entendimento dos participantes.

Apresentamos as respostas no Quadro 17, de forma a permitir um comparativo do entendimento inicial e posterior à oficina sobre temas transversais e curricularização da extensão, na pré-avaliação e na pós avaliação, respectivamente.

Quadro 17. Respostas obtidas na pré-avaliação e pós-avaliação sobre curricularização da extensão e temas transversais

PERGUNTA	RESPOSTAS	
	PRÉ-AVALIAÇÃO	PÓS-AVALIAÇÃO
O que entendo, imagino, sei ou penso sobre curricularização da extensão?	Não sei; São atividades extracurriculares; A extensão passa a ser feita na graduação e pós-graduação pelos alunos; Processo interdisciplinar; Relação com ensino e pesquisa; Transformação social; Ação cultural e política; Forma de incluir a extensão no mercado de trabalho; Modo de valorização da extensão por meio da exposição no currículo; Carga horária das atividades de extensão; Uma forma da universidade trabalhar com a comunidade, usando de seus recursos e conhecimentos para melhorar a comunidade externa; Para expor aquilo que aprendemos durante o curso; Compilado de conhecimentos com pesquisa de extensão.	Educação, formação; Inovação; Ampliação da sala de aula; Exploração de novos conhecimentos fora da faculdade; Acho algo super importante, pois projetos de extensão vão além da universidade, são projetos de vida; É uma ação da universidade mesclando pesquisa, extensão e ensino, de forma interdisciplinar para e com a comunidade interna e externa; É relação da universidade, do estudante com a sociedade; É a realização da atividade de extensão durante a formação de graduação, que se baseia na troca/entrega discente-sociedade; O MEC não tem instrumento para avaliação da Curricularização da extensão; É um tema que mudou ao longo do tempo, mas sempre visando atividades junto à sociedade dentro de uma nova normativa.
O que entendo, imagino, sei ou penso sobre temas transversais?	Não sei; São temas que fazem parte das disciplinas obrigatórias e dizem respeito à temas como ética, cidadania etc; Deve estar relacionado a temas complementares; Não tenho ideia; São temas que abordam temas de várias perspectivas; Não conheço o sistema transversal; São temas selecionados com tratativas específicas; Temas que perpassam	Novidade; Atravessa a formação da pessoa como um todo; Diversos assuntos importantes que falados parecem ser um só; Necessários para o desenvolvimento da sociedade; São divididos em educações, sendo eles ambientais, dos direitos humanos, história e cultura de alguns povos, entre outros; Ampliou

	conteúdos das disciplinas.	minha visão sobre os temas transversais; São temáticas já regulamentadas em leis separadas e critério do MEC, que devem perseguir/estar presente em toda a vida do indivíduo; São temas que agregam o nosso conhecimento e ajudam na criatividade.
--	----------------------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.4 Fase 4 - Avaliação

A **primeira oficina** focou na criatividade ao criar propostas de extensão universitária. Durante a execução da dinâmica observou-se, dos participantes, descontração e bem estar, debate de ideias e respeito às ideias do outro, atestando a capacidade das dinâmicas escolhidas de estímulo da participação e criatividade, bem como cooperação entre os presentes. Os participantes, incluindo docentes, técnicos administrativos e discentes, geraram 14 ideias de ações de extensão, abrangendo majoritariamente as áreas de Educação (78,6%), Comunicação (57,1%) e Tecnologia (35,7%). As modalidades predominantes foram Projetos (46,2%) e Cursos/Oficinas (16,4%), com durações previstas entre meses e anos. O grupo participante era composto por várias áreas de atuação considerando suas criações de propostas de ações de extensão universitária, como "A Moda na Hotelaria" (ligando Hotelaria, Marketing e Moda) e "Letramento Digital" (aberto a todos os cursos). Houve uma predominância da Educação como área principal e a preferência por ações de médio/longo prazo.

As ações criadas na Oficina 1 são articuláveis com os temas transversais, conforme definidos pelo SINAES para o ensino superior (educação ambiental, educação em direitos humanos e educação das relações étnico-raciais). Algumas propostas remetem à inclusão e à diversidade, como “Minha escola é inclusiva?” e “Tecnologias e inclusão”, permitindo possível vínculo com a temática dos direitos humanos. Não é possível estabelecer um vínculo explícito com história e cultura afro-brasileira, africana ou indígena ou com atividades voltadas para educação ambiental, ainda que algumas possam se relacionar de modo indireto, como “Salada comunitária” e “Artesanato de primavera”. A interdisciplinaridade está presente como possibilidade, mas ainda não foi possível garantir uma vinculação direta e intencional das propostas de ações de extensão curricular com os temas transversais previstos para avaliação do ensino superior pelo MEC.

As atividades propostas na Oficina 1 são classificadas como ações de extensão, majoritariamente no formato de cursos/oficinas, seguidas de projetos. A distribuição das ações por áreas como educação, saúde e inclusão indica tentativa de alinhamento com as áreas temáticas previstas.

As diretrizes conhecidas como os “5 Is” (Interação Dialógica, Interdisciplinaridade, Indissociabilidade, Impacto na Formação do Estudante, Impacto Social) não foram utilizadas como referência nesta oficina. As ações elaboradas na Oficina 1 apresentam elementos compatíveis com os critérios de tecnologia social estabelecidos pela CAPES e pelo ITS, como simplicidade, baixo custo e foco na solução de problemas locais. No entanto, a oficina não trabalhou como seria a participação das comunidades. As ações atendem minimamente ao formato extensionista, mas não foram elaborados os requisitos para caracterização das atividades como tecnologia social.

A **segunda oficina**, dirigida a docentes dos cursos de História, combinou técnicas de criatividade para elaboração das propostas de ações de extensão curriculares com temas transversais a um *benchmarking* de cursos de história com nota 5 no MEC. Foram elaboradas 8 propostas em que 43,8% das ações eram Projetos, com alcance majoritário para comunidades (37,5%) ou regiões (25%).

Nesta oficina os temas transversais foram trabalhados explicitamente. As propostas de extensão desenvolvidas também indicaram relação com esses temas, especialmente quando voltadas a comunidades específicas, como assentamentos do MST ou povos tradicionais.

As ações foram pensadas com foco em extensão curricular, e sua documentação relaciona diretamente às propostas à estrutura dos cursos, aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e à previsão de inserção nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). As modalidades identificadas foram curso/oficina e projeto, em consonância com a Resolução nº 7/2018. Há menção à diversidade de públicos (como instituições, comunidades e regiões), o que dialoga com os eixos de território e grupos populacionais definidos para as ações de extensão. Ainda que não haja detalhamento sobre aplicação das diretrizes dos “5 Is”, a análise de *benchmarking* com cursos nota 5 e os debates registrados indicam um nível maior de maturidade institucional na compreensão da curricularização da extensão. A avaliação pós-oficina também revela maior clareza sobre a curricularização destes participantes comparados aos da oficina anterior, com destaque para a "nuvem de palavras" realizada no final da oficina que associou temas transversais à "prioridade" e "relevância social".

As ações desenvolvidas na Oficina 2 possuem maior articulação com os conceitos de tecnologia social. A participação dos NDEs, a análise de PPCs e a estruturação das ações com base em demandas identificadas sugerem preocupação com planejamento organizado e contexto local. As ações voltadas a grupos específicos e a temas sensíveis (como questões étnico-raciais e ambientais) indicam intenção de promover soluções sociais contextualizadas.

Resta desenvolver a execução, o planejamento da continuidade das atividades e as estratégias para apropriação comunitária.

A **terceira oficina**, com 13 participantes, gerou 16 propostas, focando nas áreas de Saúde (25%) e Educação (31,3%) com predominância das modalidades em Cursos/Oficinas (46,7%) e Projetos (40%), com duração de dias (43,8%) ou meses (37,5%). O público-alvo das propostas variou de grupos específicos (31,3%) a comunidades inteiras (25%). A pós-avaliação mostrou associação dos temas transversais a "diversidade" e "formação integral", conforme preconizado em suas orientações legais, demonstrando sucesso na apresentação dos conteúdos necessários.

Algumas propostas, como a voltada à educação tributária e à saúde coletiva, apresentam potencial para inserção de temas como direitos humanos, educação ambiental e diversidade. No entanto, assim como na Oficina 1 não foi possível uma abordagem intencional ou estruturada dos temas transversais nos moldes indicados pelas diretrizes do MEC dentro das propostas de ações. A abrangência dos públicos previsto de atendimento pelas propostas – grupos, comunidades e regiões – sugere possibilidade de articulação com conteúdos como pluralidade cultural e questões socioambientais.

As ações de extensão planejadas na Oficina 3 também foram classificadas em sua maioria como cursos/oficinas e projeto. O tempo de duração das atividades e o público previsto indicam compatibilidade com as exigências para inserção curricular. A presença de propostas voltadas a contextos concretos, como escolas, unidades de saúde e espaços públicos, sugerem a intenção de articulação com demandas sociais locais. Podemos inferir nas propostas de ação compatibilidade com os eixos temáticos e territoriais da extensão universitária. As propostas demonstram capacidade de inserção no cotidiano dos cursos e envolvem temas de interesse público, mesmo sem detalhar articulações diretas propostas para os cursos de graduação.

As ações com aplicabilidade social e foco em temas como saúde, educação financeira, infraestrutura escolar e direitos sociais dialogam com os fundamentos das tecnologias sociais. As atividades propõem intervenções práticas em comunidades, com potencial de melhoria das condições de vida. A linguagem utilizada nas propostas indica atenção à simplicidade e à aplicabilidade, se adequando a projetos de tecnologias sociais.

Considerando todo o processo, foram identificadas dificuldades na delimitação dos temas transversais nas ações propostas, na ausência de previsão de continuidade das atividades e na articulação metodológica com os currículos propostos. Também se notou limitação na abordagem sistemática da replicabilidade das ações, o que compromete sua

caracterização como tecnologias sociais. A participação foi ampla e diversificada, incluindo diferentes cursos, docentes e membros dos NDEs, e o alcance foi satisfatório em número de ações criadas e diversidade temática. As propostas foram adequadas quanto à forma e modalidade extensionista, atendendo às definições legais, mas nem todas cumpriram os requisitos formais de articulação curricular ou inclusão dos três temas transversais focais para o ensino superior.

Uma oficina de criatividade, quando utilizada para a criação de propostas de ações de extensão, curriculares ou não, pautadas pelo modelo de tecnologia social, apresenta diversas potencialidades, mas também algumas limitações.

Entre as limitações, destacamos: a) a dependência de facilitador(es) qualificado(s), com habilidade para estimular a criatividade e mediar conflitos com experiência em metodologias participativas. Sem essas competências, os resultados das oficinas podem ser superficiais; b) dificuldade em sustentar os projetos a longo prazo, uma vez que muitas ideias surgem nas oficinas, mas a implementação exige recursos, tempo e comprometimento contínuo, o que nem sempre é garantido; c) representatividade, se a oficina não for bem planejada, pode excluir pessoas menos articuladas, por exemplo; d) resistência à mudanças, pois, em alguns contextos, há desconfiança em relação às inovações; e) superficialidade das propostas, devido ao tempo limitado das oficinas.

Entre as potencialidades, destacamos: a) inovação coletiva, com a contribuição para a resolução de problemas de outros grupos, como ocorreu com os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos de História da UNILA, em que um curso propôs ações voltadas para o outro curso, ou quando os participantes indicaram cursos que poderiam executar suas propostas de ações na primeira oficina; b) diversidade de ideias e a chance de reunir diferentes perspectivas — de acadêmicos, membros da comunidade e gestores públicos — na busca por soluções criativas; c) abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos técnicos e saberes populares, enriquecendo os projetos desenvolvidos; c) empoderamento, a medida que traz e elabora novos conhecimentos bem como democratiza o processo de criação; d) favorece o sentimento de pertencimento, já que, ao participar da concepção de uma proposta, as pessoas tendem a se engajar mais na sua implementação; e) prototipagem rápida que permite testar soluções de forma ágil, visto que as metodologias de criatividade ajudam a gerar ideias rapidamente e adaptá-las ao contexto ou debate em questão; f) recursos acessíveis, visto que a execução da oficina pode ser viabilizada com poucos recursos financeiros; g) desenvolvimento de habilidades socioemocionais, visto que as oficinas

permitem que os participantes exercitem o trabalho em equipe, a colaboração, a comunicação e a resolução de conflitos, h) criatividade na prática.

É preciso buscar incluir a comunidade antes, durante e depois da oficina, e integrar a execução das propostas com políticas públicas e/ou redes e instituições de apoio, a fim de garantir sua sustentabilidade. O formato implementado mostrou-se funcional para o desenvolvimento das propostas e pode ser replicado em outros contextos institucionais, desde que sejam realizados ajustes para garantir apropriação comunitária, sistematização das ações e previsão de continuidade. As oficinas, podem não se limitar ao planejamento, podendo gerar projetos-piloto de forma imediata. Se a comunidade participa ativamente da criação, aumenta-se também a chance de continuidade e sustentabilidade das ações propostas.

Feitas estas avaliações, apresentamos um roteiro de oficina e recomendações para execução da oficina, para que esta continue executando seu objetivo de pesquisa ação e possa auxiliar nos processos relacionados nesta pesquisa sendo adaptada conforme for necessário.

O Roteiro da Oficina é apresentado no Apêndice B, foi pensado para a primeira oficina em uma estrutura simples, aprimorado para a segunda oficina, apoiado na estrutura recomendada para Tecnologias Sociais, e formatada para a terceira oficina quase como apresentamos no apêndice B, quando foi adaptado para a proposta de evento institucional no qual foi executada. O Roteiro apresentado no apêndice B foi aprimorado a cada execução e posto à prova em assessoria e eventos acadêmicos, bem como considera as reflexões e contribuições desta pesquisa, e pode se apoiar nela.

Destacamos que conforme previsto para a oficina, atividade prática ou até pesquisa em ciências sociais (considerando a formação em Sociologia do executor desta pesquisa), é preciso estar pronto para se adaptar ao que pode acontecer. Alberto Cupani (2016, p. 103) argumenta que:

[...] nenhuma tecnologia é de criação ou execução automática (da mesma maneira que tampouco a ciência se pratica por mera aplicação de uma metodologia geral). Todas elas exigem habilidade pessoal, sentido da oportunidade na aplicação das regras e até talento estético, se considerarmos que a beleza é amiúde uma condição do design tecnológico.

A oficina em si, até que seja apropriada pela comunidade, conceitualmente não é uma tecnologia social, mas já tem potencial para desenvolver projetos que venham a se tornar tecnologias sociais. A população e/ou comunidade também pode se apropriar da fundamentação e metodologia destas oficinas e passar a propor suas demandas nos moldes que a universidade se propõe executar.

5. CONCLUSÃO

Nos processos laborais ou acadêmicos, nos deparamos com a necessidade de uma construção coletiva, seja de um projeto, de um momento ou espaço em que todos devem se sentir confortáveis para progredir junto à questão que se propõe. Sem uma dinâmica que facilite a comunicação e a circulação das ideias, o processo fica mais difícil, ou a carga apenas de quem tem responsabilidade formal sobre a questão, e que pode não ter a melhor resposta sobre o problema no momento. As dinâmicas e processos apresentados visaram ampliar nossa visão de que pode ser menos complicado criar espaços de criação e construção coletiva.

As universidades públicas, como espaços de geração do conhecimento, mas também, como órgãos públicos, em seus processos de gestão podem se valer destas metodologias, como catalisadoras em momentos e processos que necessitem de criatividade para resolução de problemas. Considerando, inclusive, que a Curricularização da Extensão é uma questão que mobiliza perspectivas pedagógicas, filosóficas e de gestão, além de uma prática de vinculação com a sociedade que só será possível pensar fazendo junto a comunidade.

Os participantes das oficinas, em geral, concordaram que a capacidade criativa pode ser fomentada, exercitada e relataram sobre as dificuldades e oportunidades da Curricularização da Extensão. Também foi observado que as oficinas serviram como espaço de integração e ampliação da rede de contatos entre os participantes, com propostas de reuniões para trabalhos futuros. Percebeu-se que as metodologias colaboram de forma eficiente na reflexão do problema de forma criativa.

A associação de temas transversais aos projetos de extensão pode não apenas proporcionar uma formação mais integral aos estudantes, mas também otimizar os processos de avaliação da educação superior no que diz respeito à sua integração com a comunidade e sua relevância social.

Cada participante elaborou com sucesso pelo menos uma proposta de ação de extensão curricular, em conformidade com as normativas da Curricularização da Extensão, de acordo com suas perspectivas sobre o assunto, e relacionada a pelo menos um dos Temas Transversais estabelecidos para o Ensino Superior. A proposta de execução destas oficinas superou a expectativa com o aceite de Núcleos Docentes Estruturantes e participantes das diversas categorias universitárias: alunos, técnicos e docentes.

Apresentar as normativas impressas foi um ponto positivo que contribuiu no acesso aos participantes, considerando ser um grande volume de normativas envolvidas no processo, que puderam ser, desta forma, facilmente consultadas pelos presentes.

Quanto à execução da oficina, utilizar várias plataformas (*Canva*, *Mentimeter*, materiais impressos, Contador de tempo) atrapalhou um pouco o mestrandos, que despendeu muito tempo para alternar entre as plataformas, reduzindo o tempo final reservado para discussão pelos participantes, mas os tempos foram sendo ajustados até a última execução.

Visando qualificar esta pesquisa, foram analisados seus alinhamentos aos impactos esperados para as atividades do programa de pós-graduação no qual esta atividade faz parte, bem como aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015).

Quanto aos impactos alinhados à avaliação quadrienal da pós-graduação (CAPES, 2017), identificamos: (1) Impacto social: A curricularização da extensão aborda áreas como Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, entre outras, visando a integração dos estudantes à sociedade. Os temas transversais fortalecem a cidadania local e abordam problemas sociais do Brasil. A articulação dos dois temas proposta pela oficina tem potencial para ampliar o impacto, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional. (2) Impacto educacional: A oficina é um espaço de formação docente universitária visando promover o protagonismo dos alunos da graduação em ações extensionistas. Isso fortalece a formação cidadã e desenvolve habilidades interpessoais como comunicação, empatia e trabalho em equipe. Além disso, a extensão proporciona oportunidades para inovação educacional além do ensino formal. (3) Impacto econômico: O impacto econômico previsto envolve melhorias na implantação da curricularização da extensão no curso alvo, otimizando recursos existentes.

Esta atividade de intervenção e pesquisa também têm potencial de alinhamento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) identificados pelos números 4 (Meta 4.7), 10 (Meta 10.2) e 12 (Meta 12.8).

O ODS 4 almeja garantir uma educação inclusiva e equitativa, assim como oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A Meta 4.7 almeja que, até 2030, todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo educação ambiental, direitos humanos, igualdade de gênero, cultura de paz e diversidade cultural. A oficina propõe ações de extensão na comunidade circundante à universidade nas áreas dos temas transversais do ensino superior, a saber, educação ambiental, direitos humanos, relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, contribuindo para alcançar a Meta 4.7 dos ODS.

Os ODS tem intuito de reduzir desigualdades dentro e entre os países. A Meta 10.2

propõe a promoção da inclusão social, econômica e política para todos até 2030. As propostas de ações extensionistas visam promover a inclusão social dos cidadãos.

O ODS 12 busca garantir padrões sustentáveis de produção e consumo, com a Meta 12.8 focando no acesso a informações para estilos de vida em harmonia com a natureza até 2030. Para isso, é essencial compreender a relação histórica e cultural dos povos com seus territórios, em que o cuidado com o meio ambiente está intrinsecamente ligado a modos de vida tradicionais. Ao abordar educação ambiental e dimensões étnico-raciais e indígenas, ajudamos a promover essa conscientização, mostrando como a conexão com a terra influencia práticas sustentáveis.

Essa perspectiva reforça que a sustentabilidade não se limita a mudanças tecnológicas, mas também a valores culturais e históricos. Ao reconhecer como diferentes comunidades interagem com seus territórios, é possível inspirar modelos de consumo e produção que respeitem os limites da natureza, alinhando-se ao propósito do ODS 12.

Identificamos contribuições desta pesquisa no âmbito científico e/ou técnico, à medida que explorou conceitos de extensão, curricularização, temas transversais, e fundamentos da educação, bem como constitutivos e normativos da universidade brasileira, com objetivo de intervir na realidade. Ressaltamos também a perspectiva interdisciplinar deste projeto, que articula questões referentes aos campos da Educação, Gestão Acadêmica e Normativas Educacionais Nacionais.

Destacamos ainda as contribuições no âmbito da universidade em relação à promoção do debate sobre a atuação docente, ações e processos relacionados à curricularização da extensão, podendo impactar na avaliação do curso perante o MEC. A estratégia da oficina, associando a curricularização da extensão e os temas transversais universitários, poderá ser difundida entre outros cursos e instituições.

As contribuições para a sociedade (extramuros) podem ser constatadas na melhoria do atendimento à legislação pela universidade, trabalhando os temas transversais universitários que possuem um cunho social, ambiental e de direitos humanos. As propostas de ações elaboradas durante as oficinas serão executadas na comunidade ou em parceria com esta no formato de extensão curricular.

Apesar do curto período de execução das ações e da grande quantidade de conteúdo que se objetivou administrar, as oficinas proporcionaram espaços colaborativos e enriquecedores para o desenvolvimento de estratégias práticas e criativas, alinhadas com os objetivos da Curricularização da Extensão e a integração dos Temas Transversais no currículo universitário. As oficinas também tiveram como objetivo esclarecer aos participantes o

histórico e o que envolve esses processos acadêmicos. É provável que a percepção sobre essas questões seja diferente após a oficina, quando as observarem novamente nos contextos universitários.

Consideramos que toda a comunidade, não só a acadêmica, possui potencial para contribuir com o processo de Curricularização da Extensão. A participação ativa de diferentes atores pode garantir que as ações extensionistas estejam alinhadas às reais necessidades e demandas da população e os projetos podem ganhar maior relevância prática, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a comunidade.

A diversidade de saberes e experiências pode enriquecer o processo educativo, promovendo uma aprendizagem mútua e contextualizada. Quanto mais ampla e democrática for a participação, mais efetivas e sustentáveis serão as ações, pois elas serão legitimadas pelo envolvimento direto daqueles que são os principais beneficiários e agentes de transformação. A extensão universitária, quando construída de forma colaborativa com a sociedade, tende a gerar impactos mais significativos e duradouros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Uma oficina de pensamentos e criatividade**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010. 84 p.

BATISTA DE DEUS, S. de F. A extensão universitária e o futuro da universidade. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 624-633, 2018. DOI: 10.5335/rep.v25i3.8567. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8567> . Acesso em: 01 set. 2024.

BELIZARIO, B. R. C.; CAPELLINI, V. L.; LEPRE, R. M.. Construção e vivência de valores: aprendendo a ser e a conviver. **Revista de Ciências da Educação**, n. 24, p. 79-107, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/127109>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BONO, Edward de. **Os seis chapéus do pensamento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 191 p.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Lei nº 1, de 05 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92. Acesso em: 05 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 1, de 25 de junho de 2014**. Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.. Brasília, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. **Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024**. Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.. Brasília: Câmara dos Deputados, 26 jul. 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14934-25-julho-2024-795997-publicacaooriginal-172483-pl.html>. Acesso em: 02 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Produção Técnica**: grupo de trabalho. Brasília: Mec, 2019. 81 p. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-producao-tecnica-pdf>. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Mec. **TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA BNCC: contexto histórico e pressupostos pedagógicos.** Brasília: Mec, 2019. 20 p. Disponível em: https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/04/TEMAS-CONTEMPORANEOS_contextualizacao_BNCC-MEC.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Ministério da Educação e do Desporto. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: Mec/Sef, 1997. 82 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base.** Brasília: Mec, 2017. 600 p. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013. 564 p. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

BRIZOLA, J.; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos - RELVA**, v. 3, n. 2, 2017. DOI: 10.30681/relva.v3i2.1738. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRUNO-FARIA, Maria de Fátima *et al.* Inovação em gestão de Universidades Públicas: importância e desafios. In: OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de; PEREIRA, Eliane Ribeiro; MAURITTI, Rosário (org.). **Práticas Inovadoras em Gestão Universitária: interfaces entre Brasil e Portugal.** Rio de Janeiro: Ufrj, Facc, 2020. Cap. 9. p. 269-306. Disponível em: <https://facc.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/10/Livro-Praticas-Inovadoras-em-Gestao-Universitaria-versao-final-1.pdf>. Acesso em: 06 maio 2025.

CAPES. **Portaria Nº 59, de 21 de Março de 2017.** Brasília, Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=240>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CHIAVENATO, Idalberto. **EMPREENDEDORISMO DANDO ASAS AO ESPÍRITO EMPREENDEDOR: empreendedorismo e viabilização de novas empresas um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 281 p.

CNE. **Resolução CNE/CES No 1, de 29 de dezembro de 2020.** Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-29-de-dezembro-de-2020-296893578>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CNE/CP. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Brasília, 2012. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 jun. 2022.

COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA – GRAU LICENCIATURA**. Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/graduacao/historia-licenciatura/PPCHistriaLicenciaturaapartirde2019.1.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.

COMISSÃO COORDENADORA DO CURSO DE HISTÓRIA. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UFV**. Viçosa: Ufv, 2023. 96 p. Disponível em: https://dhi.ufv.br/wp-content/uploads/2023/10/PROJETO-PEDAGOGICO-LICENCIATURA_2023.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE HISTÓRIA**. Natal: Ufrn, 2003. 114 p. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000046. Acesso em: 06 abr. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **ÁREA 45: INTERDISCIPLINAR**: Documento de Área. Brasília: Capes, 2019. 23 p. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

CORDEIRO, A. M. *et al.* **Revisão sistemática**: uma revisão narrativa. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, n. 6, p. 428–431, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLGpWcgmV6Gf>. Acesso em 22 Abr. 2022.

CORREA, Edison José. **Extensão Universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112 p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2025.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – ÁREA BÁSICA DE INGRESSO (ABI). **Projeto Político Pedagógico do Curso**. Florianópolis: Ufsc, 2022. 202 p. Disponível em: <https://graduacaohistoria.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Proposta-Licenciatura-aprovada.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GRAU BACHARELADO. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, GRAU BACHARELADO**. Uberlândia: Ufu, 2018. 299 p. Disponível em: http://www.inhis.ufu.br/system/files/conteudo/ppc_-_bacharelado_aprovado_congrad_0.pdf. Acesso em: 06 abr. 2024.

CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. **PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA**. Recife: Ufpe, 2015. 173 p. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39427/0/PPC+HIST%C3%93RIA+-+LICENCIATURA+2015.pdf/4399477b-c77a-477c-89d6-5cbf555e8221>. Acesso em: 06 abr. 2024.

CURSO DE HISTÓRIA. **Projeto Pedagógico do Curso**: curso de história - campus joinville. Joinville: Univille, 2018. 398 p. Disponível em: https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html/downloadDirect/1481836/PPC_Historia_2019.pdf. Acesso em: 06 abr. 2024.

DALAROSA, Adair Ângelo. Globalização, Neoliberalismo e a questão da Transversalidade. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, Pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. São Paulo: Autores Associados, 2001. Cap. 3. p. 197-217.

DONATO, H.; DONATO, M. **Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática**. Acta Médica Portuguesa, Lisboa, v. 32, n. 3, p. 227-235, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20344/amp.11923> . Acesso em: 22 Abr. 2022.

DOS SANTOS, A. M. dos; FRANCO, T. F.; FLAVIO, G de S.; Relato das experiências pedagógicas em cartografia digital no ensino médio através da extensão universitária. **EXPRESSA EXTENSÃO**. [S. l.], v. 25, n. 3, p. 5-19, SET-DEZ, 2020. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.15210/EE.V25I3.17957](https://doi.org/10.15210/EE.V25I3.17957). Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/17957>. Acesso em: 30 jul. 2022.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus-AM, Maio de 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> . Acesso em 14 jun. 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Política nº 1, de 2012. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 1. ed. Manaus, AM, maio 2012. v. 1, n. 1. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.

FÓRUM sobre Curricularização da Extensão. 2022. (123 min.), son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-xWIcckwn6Y&list=PLkhzmfVDCq_s5el0mZUwYWG B1FNrMI_xH. Acesso em: 30 maio 2023.

FUNRETROSPECTIVES (org.). **1-2-4-all**. Disponível em: <https://www.funretrospectives.com/1-2-4-all/> . Acesso em: 30 maio 2023.

FUNRETROSPECTIVES (org.). **Human Rock-Paper-Scissors**. Disponível em: <https://www.funretrospectives.com/human-rock-paper-scissors/> . Acesso em: 30 maio 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GOMES, K. R. F. P. .; NASCIMENTO, S. M. do .; LEITE, E. F.; TORRALBAS BLÁZQUEZ, A. de L. .; CERVANTES ROSAS, M. de L. Ángeles . *Teaching experience in initial teacher training: contributions to the teaching of Environmental Education*. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 12, p. e51101220166, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i12.20166. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/20166> . Acesso em: 30 jul. 2022.

GRANDO, Nei. **Seis chapéus para pensar melhor**. 2013. Disponível em: <https://neigrando.com/2013/07/02/seis-chapeus-para-pensar-melhor/> . Acesso em: 30 maio 2023.

ITS BRASIL (org.). **Tecnologia Social no Brasil**: caderno de debate. São Paulo: Its Brasil, 2004. 40 p. Disponível em: https://repositorio.mcti.gov.br/bitstream/mctic/5172/1/2004_caderno_de_debate_tecnologia_social_no_brasil.pdf. Acesso em: 17 ago. 2023.

JOHNSON, Steven. **De onde vêm as boas ideias**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. 2021.

LEONIDIO, Luciano Flávio da Silva. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras–Forproex (1987-2012)**. 2017. 183 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação - Curso de Doutorado em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25316>. Acesso em: 19 mar. 2025.

LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, Pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. São Paulo: Autores Associados, 2001. 217 p. maio 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 225 p.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006. 101 p.

MARTINS, R. X.; LIMA, F. P. M.; FERREIRA, H. M.; VILLARTA-NEDER, M. A. V. Inserção e desenvolvimento de temas transversais no ensino superior: formar para cidadania In: **Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano: pesquisas e práticas**. 1 ed. Taubaté/SP: edUNITAU, 2020, v.1, p. 271-288.

Melo, Simone Cristina Castanho Sabaini de. Extensão universitária, ciência e concepções metodológicas, módulo 3 [livro eletrônico]. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2023. 47 p.; E-book, PDF.(Curso de Formação para Ações Articuladoras do Tripé Ensino, Pesquisa e Extensão nas Universidades Paranaenses). Acesso em 01. Ago. 2024.

MJV TEAM (org.). **Brainwriting: conheça a técnica para gerar novas ideias**. 2022. Disponível em: <https://www.mjvinnovation.com/pt-br/blog/brainwriting/>. Acesso em: 30 maio 2023.

NUNES, César. Filosofia, Dialética e Educação: elementos para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, Pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. São Paulo: Autores Associados, 2001. Cap. 2. p. 155-195.

ONU. Onu (org.). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 17 ago. 2023.

PEREIRA, Jamyle Paloma De Oliveira *et al.* O currículo e a aprendizagem: uma análise comparativa entre a bncc e o pcn no eixo de números e operações dos anos finais do ensino fundamental. **Anais V CONEDU...** Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47974> >. Acesso em: 20/09/2024.

PROEX, 2023, Foz do Iguaçu. **CAMINOS INFORMATIVO EXTENSÃO UNILA: CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO**. Foz do Iguaçu: Unila, 2023. 35 p. Disponível em:

https://portal.unila.edu.br/proex/boletim/26_06_2023_BoletimCaminosVERSAOAPROVACAO_compressed.pdf . Acesso em: 17 ago. 2023.

RODRIGUES, M. A. N.; CARVALHO, A. de P. The genre folder in the service of environmental education. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 982–989, 2014. DOI: 10.5902/2236117013794. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/13794> . Acesso em: 30 jul. 2022.

SALEH, P. B. de O.; SALEH, A. M.; FERREIRA, A. de J. Educação para o consumo e para a diversidade: representações de gênero em anúncios publicitários. **Revista Conexão UEPG**; / v. 8 n. 2, p. 188-197, Jul-Dez 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/4550> . Acesso em: 30 jul. 2022.

SANT'ANA, Débora de Mello Gonçalves. **Extensão universitária no tempo e no espaço**. Ponta Grossa: Uepg/Proex, 2023. 62 p. (Curso de Formação para Ações Articuladoras do Tripé Ensino, Pesquisa e Extensão nas Universidades Paranaenses).

SIEGEL, Norberto. **Temas Transversais**. Indaial: Uniasselvi, 2012. 213 p.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Conhecimento e Cidadania: quando a leitura se impõe como mais necessária ainda!. In: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, Pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. São Paulo: Autores Associados, 2001. Cap. 1. p. 147-154.

SILVA, T. T. C. da, *et al.* A Extensão Universitária no Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 16, p. e61181, 12 set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2021.61181> Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/61181>. Acesso em: 30 jul. 2022.

SINAES/INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Presencial e a Distância - Autorização**. Brasília/DF, 2017. 57 páginas. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf . Acesso em: 30 maio 2022.

SINAES/INEP. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - presencial e a distância**. Brasília/DF, 2015. 51 p. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_cursos_graduacao_publicacao_agosto_2015.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2022.

SOUSA, E. S. B. de; CARVALHO, D. B. de; BERTI, O. M. de C. A temática ambiental nos projetos de pesquisa e extensão do curso de jornalismo das universidades do Piauí. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 65-76, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v23i1p65-76. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/129289>. Acesso em: 30 jul. 2022.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 136 p.

TRAJETÓRIA para a Curricularização da Extensão Universitária. Realização de Forped Ufvjm. [S.I.]: Forped Ufvjm, 2021. (124 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aBRq5i7fK80>. Acesso em: 30 maio 2023.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 31, n. 03, p. 443-466, abr. 2005. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2024.

UNILA. **Relatório Integrado de Gestão 2022.** Foz do Iguaçu, 2022. 93 p. Disponível em: https://portal.unila.edu.br/institucional/copy_of_RelatoIntegradodeGesto20222023final.pdf. Acesso em: 15 abr. 2024.

UNILA. **Resolução no 1, de 03 de março de 2021.** Foz do Iguaçu/PR, 2021. Disponível em: <https://atos.unila.edu.br/atos/resolucao-n-ordm-1-2021-cosuen-1678>. Acesso em: 14 jun 2022.

VIDEIRA, A. A. P. Transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e disciplinaridade na história da ciência. **Scientiae Studia**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 279-293, 2004. DOI: 10.1590/S1678-31662004000200010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11008>. Acesso em: 20 abr. 2022.

YUS, Rafael. **Temas Transversais:** em busca de uma nova escola. Porto Alegre: Artmed, 1998. 241 p.

APÊNDICE A

Formulário de Criação de Ação de Extensão Curricular

TÍTULO
MODALIDADE
Programa() Projeto() Curso/Oficina() Evento() Prestação de Serviço()
PREVISÃO DE DURAÇÃO DA ATIVIDADE
()Horas ()Dias ()Semana(s) ()Mês(es) ()Ano(s)
ÁREA(S) RELACIONADA(S):
<input type="checkbox"/> Comunicação <input type="checkbox"/> Cultura <input type="checkbox"/> Direitos Humanos e Justiça <input type="checkbox"/> Educação/Educação Étnico-Racial/Educação Indígena <input type="checkbox"/> Meio Ambiente/Educação Ambiental <input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Tecnologia e Produção <input type="checkbox"/> Trabalho
PREVISÃO DE PÚBLICO ALCANÇADO
<input type="checkbox"/> Uma Instituição <input type="checkbox"/> Um Grupo <input type="checkbox"/> Um Bairro <input type="checkbox"/> Uma Comunidade <input type="checkbox"/> Uma Região <input type="checkbox"/> Um Povo <input type="checkbox"/> Outra classificação de agrupamento - especificar no comentário
É POSSÍVEL IDENTIFICAR/DETALHAR O PÚBLICO ALVO?
É POSSÍVEL DESCREVER A ATIVIDADE PRINCIPAL?
COMENTÁRIO

APÊNDICE B

Roteiro da Oficina

Título: Oficina: Temas Transversais Integrados à Extensão Curricular com Criatividade

Público-Alvo: A oficina é aberta a qualquer pessoa interessada em educação, extensão universitária e temas sociais, incluindo: professores, técnicos, estudantes, profissionais de outras áreas e membros da comunidade que queiram contribuir com propostas criativas. A diversidade de perspectivas enriquecerá o debate e a construção coletiva.

Duração: 2 a 3 horas

Número de participantes: De 15 a 20 pessoas para 1 ministrante + 1 pessoa de apoio.

Objetivo Geral: Construir ações de extensão associadas aos Temas Transversais para o Ensino Superior dentro dos moldes propostos pela Curricularização da Extensão.

Objetivos específicos: Identificar os conhecimentos dos participantes, prévios e posteriores à oficina, quanto aos Temas Transversais para o Ensino Superior e a Curricularização da Extensão, por meio de tempestade de ideias com papéis adesivos; Sensibilizar os presentes quanto aos Temas Transversais para o Ensino Superior e a Curricularização da Extensão; Despertar a criatividade dos participantes, estimulando ideias inovadoras.

Elaborar, coletivamente, propostas de ações de extensão vinculadas aos Temas Transversais.

Opcional: Fundamentar e aprimorar as ações criadas, em uma segunda etapa.

Avaliação inicial (10 min): Dinâmica com papéis adesivos (tempestade de ideias) para mapear conhecimentos prévios.

Exposição dialogada (40 min total) dos conteúdos:

Temas Transversais no Ensino Superior (10-15 min | slides);

Curricularização da Extensão (10-15 min | slides);

Criatividade como ferramenta pedagógica (5-10 min | slides).

Atividade prática (60 min):

Dinâmica corpo-mente: Atividade breve (5 min) para despertar atenção e criatividade;

Divisão em grupos;

Construção de propostas de ações usando formulário guia;

Debate e apresentação das ideias.

Avaliação final (10 min): Feedback com papéis adesivos (tempestade de ideias) e síntese das aprendizagens.

Encaminhamentos: Compilação e envio posterior das propostas.

Observação: As propostas construídas serão compiladas e enviadas posteriormente aos participantes, junto com os resultados das avaliações inicial e final.

Oficina Adicional Opcional (1 a 3h)

Título: Laboratório de Ideias

Para aprofundar e fundamentar as ações criadas na oficina anterior: Análise e ajuste das ações criadas baseados em referências teóricas visando formatação para execução das propostas de ações criadas.

Resultado: Versões prontas para execução.

Materiais Necessários

Estrutura:

Sala climatizada (capacidade para 30 pessoas);

Projeter e internet;

Notebook (do ministrante).

Materiais de apoio:

Papéis adesivos coloridos;

Cópias de normativas;

Formulários impressos (template para as ações);

Papel A4 e canetas.

Resultados Esperados

Produto principal: Propostas de extensão curricular criativas, vinculadas a Temas Transversais.

Mínimo esperado: 1 ação viável por participante.

Opcional: Propostas refinadas e teoricamente fundamentadas (para quem participar do laboratório).

Referências para o ministrante da oficina

Legislações envolvidas sobre extensão, temas transversais, criatividade, para apresentar e fomentar, para aplicar.

ANEXO 1

e-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior

<https://emec.mec.gov.br/emec/nova>

BRASIL | Acesso à informação - Barra GovBr



-  Consultar Cadastro
-  Documentos de Apoio ao Sistema
-  Inscrição para BASIS
-  Regulação / Avaliação
-  Declaração de Regularidade de Curso

 Perguntas Frequentes

e Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC



Bem vindo ao Cadastro e-MEC, regulamentado

pela Portaria Normativa nº 21, de 21/12/2017, base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior - IES, independentemente de Sistema de Ensino. Os dados do Cadastro e-MEC devem guardar conformidade com os atos autorizativos dos cursos e das IES, editados pelo Poder Público ou órgão competente das instituições nos limites do exercício de sua autonomia.

A regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos.

As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no âmbito da autonomia universitária, são declaratórias e a veracidade é de responsabilidade da respectiva instituição, nos termos da legislação.

Os dados dos cursos de Especialização possuem natureza declaratória, pertencendo às instituições a responsabilidade pela veracidade das informações inseridas no Cadastro, nos termos da legislação. (Art. 29, PN nº 21/2017)

- [Consulta Avançada](#)
- [Consulta Textual](#)
- [IES Extintas](#)

Buscar por: Instituição de Ensino Superior Curso de Graduação Curso de Especialização

Nome, Sigla ou Código da Instituição:

Curso:

HISTÓRIA

Pesquisa Exata

Classificação de Curso:

Selecione Área Geral

Selecione Área Especifica

Selecione Área Detalhada

Selecione Área Curso

**Filtro indisponível:
Em processo de atualização para a nova tabela de classificação CINE Brasil.**

UF:

Selecione...

Município:



Gratuidade do Curso:

Modalidade: A Distância Presencial

Grau: Bacharelado Licenciatura Tecnológico Sequencial

Índice: 1 2 3 4 5 SC

Situação:

Resultado da Consulta Por : CURSO

[Historico de índices](#) [Exportar Detalhado](#) [Exportar Excel](#)

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início	
(8) UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	(1158485) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	CC: 5(2015) CPC: - ENADE: 3(2014) IDD: - CC: -	240	26/03/2011	
(15) UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	UCP	(1349557) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	5(2019) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: -	50	01/02/2016	
(17) UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	(420439) HISTÓRIA	Bacharelado	Presencial	5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 4(2017)	20	09/04/2007	
(81) UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	(3802) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	CC: 5(2019) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017)	44	01/04/1968	
(316) UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	UNINOVE	(1300006) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	CC: 5(2017) CPC: 4(2017) ENADE: 3(2017) IDD: SC	2000	03/02/2014	
(517) FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS Adesão ao PROIES: Lei 12.688/2012 Adesão ao PROIES: Lei Federal N. 12688/2012	FESL	(54884) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	CC: 5(2005) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017)	100	01/02/2003	
(517) FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS Adesão ao PROIES: Lei 12.688/2012 Adesão ao PROIES: Lei Federal N. 12688/2012	FESL	(1441314) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	CC: 5(2019) CPC: - ENADE: - IDD: -	2000	01/08/2019	
(570) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	(1083431) HISTÓRIA	Bacharelado	Presencial	CC: 5(2012) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: -	15	11/03/1974	

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início		
(571) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	(12577) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	20	01/10/1938		
(572) UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	(12705) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	210	24/04/1947		
(580) UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	(13579) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	75	28/06/1950		
(585) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	(14231) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	90	01/03/1959		
(585) UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	(314231) HISTÓRIA	Bacharelado	Presencial	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	90	01/03/1959		
(586) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	(107716) HISTÓRIA	Bacharelado	Presencial	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	50	11/04/1931		
(586) UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	(107717) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	150	11/04/1931		
(663) UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	UNIVERSO	(108620) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	2000	01/08/2007		
(673) CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS	UNIGRAN	(1396231) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	1500	07/02/2017		
(693) UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	(20064) HISTÓRIA	Bacharelado	Presencial	3(2017) CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2016) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2015) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2011) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2011) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2013) CPC: 4(2017) ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017) CC: 5(2014) CPC: SC ENADE: SC IDD: SC CC: 5(2018) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017) CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2004) CPC: 4(2017) ENADE: 5(2017) IDD: 4(2017)	30	01/03/2000		

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início	
(1185) CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO Em Supervisão - Procedimento Saneador sem Medida Cautelar: Portaria N. 817/2022	UNIJORGE	(1377545) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: -	500	06/02/2017	 
(1205) CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEL	UNIFAEEL	(1304818) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	CC: 5(2018) CPC: - ENADE: - IDD: -	6000	01/03/2016	 
(1294) Centro Universitário das Américas	CAM	(1466676) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	CC: 5(2022) CPC: - ENADE: - IDD: -	600	15/10/2018	 
(1304) FACULDADE DE RIBEIRÃO PIRES	-	(48932) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	CC: 5(2006) CPC: 2(2017) ENADE: 1(2017) IDD: SC	80	03/02/2003	 
(1852) FACULDADE SABERES Descredenciamento voluntário: Portaria Nº 2159, DOU 28/12/2023	SABERES	(90001) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	CC: 5(2008) CPC: 3(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 3(2017)	80	06/02/2006	 
(2192) INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO IVOTI	ISEI	(1204822) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	CC: 5(2018) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2006) CPC: 4(2017)	30	29/05/2014	 
(2565) ABEU - CENTRO UNIVERSITÁRIO	UNIABEU	(69468) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	ENADE: 4(2017) IDD: 4(2017)	100	02/02/2004	 
(3649) CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE Adesão ao PROIES: Lei 12.688/2012	UniCV	(1441184) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	CC: 5(2018) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: 5(2014) CPC: 4(2017)	300	15/07/2019	 
(4915) FACULDADE ESTÁCIO DE CASTANHAL	ESTÁCIO CASTANHAL	(1073313) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	CC: 5(2006) CPC: 4(2017) ENADE: 3(2017) IDD: 4(2017)	150	23/01/2012	 
(5592) Centro Universitário Funorte	UNIFUNORTE	(68352) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	CC: 5(2006) CPC: - ENADE: - IDD: -	100	09/02/2004	 
(15001) UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	UNILA	(1312227) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	CC: 5(2019) CPC: - ENADE: - IDD: -	50	02/03/2015	 
(15497) UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA	UNILAB	(1272861) HISTÓRIA	Licenciatura	Presencial	CC: 5(2018) CPC: 4(2017) ENADE: -	80	01/09/2014	 

e-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior

<https://emec.mec.gov.br/emec/nova>

Instituição - IES	Sigla	Curso	Grau	Modalidade	Índices	Vagas Anuais	Data Início
AFRO-BRASILEIRA					3(2017) IDD: - 3(2017) CC: -		
(15859) Faculdade Católica Paulista	FACAP	(1439554) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	5(2018) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: -	800	29/07/2019  
(17628) Faculdade do Maciço do Baturité	FMB	(1546089) HISTÓRIA	Licenciatura	A Distância	5(2021) CPC: - ENADE: - IDD: - CC: -	1000	Não iniciado  
(18506) UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	UFOB	(1276399) HISTÓRIA	Bacharelado	Presencial	5(2018) CPC: - ENADE: - IDD: -	20	08/09/2014  

© 2024 Ministério da Educação - **Sistema e-MEC**. Todos os direitos reservados.

Versão do Sistema: origin-master-307